

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NATÁLIA REGINA COLVERO MARASCHIN

ISLÃ POLÍTICO: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO, DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI

Porto Alegre

2015

NATÁLIA REGINA COLVERO MARASCHIN

ISLÃ POLÍTICO: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO, DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Maraschin, Natália Regina Colvero

Islã Político: Surgimento e Evolução, do século XIX
ao século XXI / Natália Regina Colvero Maraschin. --
2015.

83 f.

Orientador: Paulo Gilberto Fagundes Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Islã Político. 2. Islamismo. 3. Grande Oriente
Médio. 4. Fundamentalismo. I. Visentini, Paulo
Gilberto Fagundes, orient. II. Título.

NATÁLIA REGINA COLVERO MARASCHIN

ISLÃ POLÍTICO: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO, DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: Porto Alegre, 30 de novembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Sou privilegiada de ter ao meu redor pessoas incríveis, que gostaria que se sentissem parte da conclusão dessa etapa de minha vida. Aos que colaboraram direta ou indiretamente, deixo aqui minha gratidão e reconhecimento.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família pelo carinho e apoio incondicional. Destaque especial à vó Elsa, que com seus 91 anos esbanja alegria e vitalidade, e que é meu maior exemplo de força; estamos sempre juntas, mesmo estando longe. Agradecimento especial também aos meus pais, por não medirem esforços para me proporcionar milhares de oportunidades, por sempre me incentivarem e por sempre me ampararem. Tudo o que eu sou veio do amor de vocês.

Também agradeço aos amigos que ganhei nesses quatro anos de jornada. Aos meus colegas de graduação da turma 9, por terem feito esse período mais prazeroso e me acolhido tão bem. Às manas das RI, mulheres incríveis, pela inspiração diária. Ao Secretariado do UFRGSMUNDI 2015, Thaís, Ana, Gio e Henrique, por terem me proporcionado uma experiência indescritível e por serem pessoas maravilhosas com quem tive o prazer de trabalhar. Agradeço em especial ao Dondonis, pela convivência francófona e pelas muitas risadas; à Gabi, pelos dois anos de convivência diária e pela incrível parceria em jantás, filmes, sessões de karaokê, faxinas, passeios e crises existenciais; e à Michelle e à Roberta, por compartilharem comigo risadas, *selfies* e terapia de grupo. Obrigada por me aguentarem. Vocês são sensacionais.

Por fim, gostaria de agradecer aos professores do departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais pelo ensino de excelência que concedem aos alunos. Não posso deixar de agradecer em especial a meu orientador, Prof. Paulo Visentini, pelo apoio durante esse ano; e à Prof^a. Analúcia e ao Prof. Zé Miguel pelos comentários e sugestões.

Sou grata, por fim, pela possibilidade de ter estudado na UFRGS e contado com ensino público de qualidade. Espero poder retribuir à sociedade todo o investimento feito em mim.

"Let the world taste in our conduct, individual and collective, that sweetness and flavour which only the faith in One God can impart to character and morality. Let the world see what fine examples of humanity are fashioned by Islam, what a just society is established, what sound social order emerges, what a clean and noble civilization arises, how science, literature, and art flourish and develop on sound lines, what a just economy – compassionate and free from conflict – is brought about. Indeed how every aspect of life is set right, developed and enriched."

— Abdul A'la Maududi, *Witness Unto Mankind*

“What kind of idea are you? Are you the kind that compromises, does deals, accommodates itself to society, aims to find a niche, to survive; or are you the cussed, bloody-minded, ramrod-backed type of dam fool notion that would rather break than sway with the breeze? – The kind that will almost certainly, ninety-nine times out of hundred, be smashed to bits; but, the hundredth time, will change the world.”

— Salman Rushdie, *The Satanic Verses*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise do Islã Político, desde o nascimento de sua ideologia fundadora e de suas primeiras formas institucionalizadas, entre o final do século XIX e o início do século XX, até suas manifestações atuais. Nessa análise, será traçado um histórico do desenvolvimento desse movimento, identificando fatores chave para seu surgimento, difusão e modificação ao longo do tempo. Ademais, se buscará abordar as histórias particulares de determinados grupos islamistas, explicitando seus meios de ação, sua inserção externa e suas ligações ideológicas e logísticas. Para atingir estes objetivos, a análise será centrada nos períodos do ressurgimento islâmico (décadas de 1960 e 1970) e do século XXI, e levará em conta os acontecimentos regionais e globais que possuíram impactos diretos e indiretos no Islamismo. A hipótese a ser comprovada é a de que o Islã Político surgiu a partir do interesse em reavivar os ideais islâmicos para contrabalançar o domínio ocidental sobre as sociedades muçulmanas. Seus grupos se adaptaram ao longo do século XX a demandas e contextos específicos, respondendo aos desenvolvimentos geopolíticos por meio da adoção de diferentes métodos de ação. Mesmo com essas especificidades, contudo, a utilização de valores islâmicos como instrumento para obter fins políticos e busca por autonomia permaneceram uma constante em todas as manifestações do Islamismo. A metodologia do trabalho se baseou em revisão bibliográfica e análise conjuntural.

Palavras-chave: Islã Político. Islamismo. Grande Oriente Médio. Fundamentalismo.

ABSTRACT

This paper will analyze the Political Islam, since the birth of its founding ideology and its first institutionalized forms, between the end of the 19th century and the early 20th century, until its current manifestations. This analysis will present a history of the development of this movement, identifying key factors for its emergence, dissemination and modification over time. Furthermore, the paper will seek to address the specific histories of certain Islamist groups, explaining their means of action, their international insertion and their ideological and logistical links. To achieve these goals, the analysis will be centered on the periods of the Islamic Revival (1960s and 1970s) and of the 21st century, and will take into account regional and global events that possessed direct and indirect impacts on Islamism. The hypothesis to be confirmed is that Political Islam emerged from the interest in reviving Islamic ideals to counterbalance Western dominance over Muslim societies. Its groups adapted throughout the 20th century to specific contexts and demands, responding to geopolitical developments through the adoption of different methods of action. Even with those specific features, however, the use of Islamic values as an instrument for political ends and the search for autonomy remained a constant in all manifestations of Islamism. The methodology of work is based on literature review and conjuncture analysis.

Keywords: Political Islam. Islamism. Great Middle East. Fundamentalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIS	– Armada Islâmica da Salvação
AQI	– Al-Qaeda no Iraque
AQNA	– Al-Qaeda no Norte da África
AQPA	– Al-Qaeda na Península Arábica
AQSI	– Al-Qaeda no Subcontinente Indiano
CIA	– Central Intelligence Agency
CMS	– Conselho Mujahidin Shura
EI	– Estado Islâmico
EII	– Estado Islâmico do Iraque
FBI	– Federal Bureau of Investigation
FIS	– Frente Islâmica da Salvação
FLN	– Frente de Libertação Nacional
GIA	– Grupo Islâmico Armado
HT	– <i>Hizb ut-Tahir</i> ou “Partido da Libertação”
IM	– <i>Ikhwan al-Muslimeen</i> ou Irmandade Muçulmana
ISIS	– <i>Islamic State of Iraq and Syria</i> , do inglês Estado Islâmico do Iraque e da Síria
JI	– <i>Jamaat-i-Islami</i> ou “Assembleia Islâmica”
MMA	– <i>Muttahhida Majlis-e-Amal</i> ou Conselho Unido de Ação
OLP	– Organização para a Libertação da Palestina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O ISLÃ POLÍTICO: UM PANORAMA GERAL.....	11
2.1 Definição e princípios do Islamismo.....	11
2.2 Relações com o ocidente e o “Choque de Civilizações”	17
2.3 Panorama histórico geral	20
2.4 Conclusão parcial.....	29
3. O ISLÃ POLÍTICO NO SÉCULO XX: DO SURGIMENTO AO RENASCIMENTO ISLÂMICO.....	31
3.1 A Irmandade Muçulmana e a institucionalização e difusão do Islamismo	31
3.2 Repressão, Sayyid Qutb e o fracasso do nacionalismo	36
3.3 O ressurgimento islâmico dos anos 1970 e os conflitos regionais	40
3.4 A situação pós-conflitos e a criação da Al-Qaeda e do Talibã	45
3.5 Conclusão parcial.....	48
4. O ISLÃ POLÍTICO NA ATUALIDADE: DOS ANOS 1990 ATÉ A SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI.....	49
4.1 Os anos 1990: política e extremismo	49
4.2 O século XXI, o 11 de setembro e a instabilidade regional	53
4.3 A invasão do Iraque e a nova <i>jihād</i> global	56
4.4 A Primavera Árabe e os avanços islamistas	58
4.5 A conjuntura atual: 2015	64
4.6 Conclusão parcial.....	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS	71
ANEXO A - A expansão do Islã entre 622 e 1700.....	77
ANEXO B - O califado Omíada em 750	78
ANEXO C - O Oriente Médio em 1914	79
ANEXO D - A Primavera Árabe.....	80
ANEXO E - O Talibã em 2015	81
ANEXO F - Ataques e aliados do Estado Islâmico.....	82
ANEXO G - O território do Estado Islâmico.....	83

1 INTRODUÇÃO

O Grande Oriente Médio, que engloba o norte da África, o *Machrek* e a Ásia Central, é uma das mais importantes regiões do globo. Conhecida por seus conflitos e por sua instabilidade quase permanente, a área é essencial para fluxos do comércio internacional, para o abastecimento energético mundial e para a segurança global, uma vez que ocupa uma posição estratégica de contato entre três continentes (Europa, Ásia e África) (VISENTINI, 2014). Os países que formam o Grande Oriente Médio são compostos majoritariamente por muçulmanos; disso decorre a necessidade de compreender o Islã Político ou Islamismo¹, o movimento mais influente e amplo do mundo islâmico, que está se expandindo e se desenvolvendo continuamente em ritmo acelerado (FULLER, 2003). Atualmente, o Islã Político possui expressões na Argélia, Egito, Somália, Síria, Arábia Saudita, Sudão, Palestina, Líbano, Jordânia, Iêmen, Iraque, Nigéria e Paquistão, apenas para citar alguns países. Sua existência e suas manifestações são ponto central da política internacional para o Grande Oriente Médio.

O Islamismo como ideologia surgiu no final do século XIX, como uma reação muçulmana ao declínio do mundo árabe e à ascensão do ocidente e de sua influência. Pregando o retorno ao Islã arcaico como guia para a vida política e social, o Islã Político estimulou a criação de diversos grupos que se utilizaram de seus preceitos como instrumento para realizar demandas políticas e buscar reformar a sociedade. A existência do movimento foi colocada em evidência principalmente a partir de 1979, com o surgimento da República Islâmica do Irã, o primeiro Estado Islâmico institucionalizado do mundo. Mais recentemente, uma nova onda de acontecimentos reposicionou o Islã Político sob os holofotes internacionais: os atentados de 11 de Setembro, a explosão da Primavera Árabe e as vitórias islamistas nas eleições, as atividades do EI (Estado Islâmico), e os atentados de Paris em 2015 relembrou o mundo da força e da diversidade dos movimentos islamistas.

Nesse contexto, o estudo da evolução histórica do Islã Político se faz necessário para elucidar as ideologias comuns e específicas dos grupos, Estados e partidos islamistas, para esclarecer como esses movimentos se transformaram de acordo com os cenários domésticos, regionais e internacionais em que se inseriram e para demonstrar sua diversidade de formas. Além disso, o estudo do Islamismo permite compreender como a ligação existente entre seus

¹ Ainda que a palavra Islamismo seja utilizada em português para se referir à religião islâmica, neste trabalho o termo irá se referir ao Islã militante ou Islã Político, sendo uma tradução dos termos *Islamism* (inglês) e *Islamismo* (espanhol).

movimentos define as dinâmicas internacionais do Grande Oriente Médio, uma vez que seus grupos são parte determinante dos cálculos políticos e estratégicos da região (HALLIDAY, 2005). É a partir disso que este trabalho se propõe a realizar um apanhado histórico amplo e compreensivo sobre o Islamismo, apresentando esses referidos instrumentos e análises com o propósito de auxiliar na construção de conhecimentos pragmáticos sobre o movimento e, em maior medida, sobre o Oriente Médio. As questões norteadoras dessa pesquisa são: como o Islã Político e suas correntes se desenvolveram e atuaram ao longo da história? Como seus grupos se diferenciaram e se influenciaram e o que permaneceu constante entre eles?

O objetivo geral do trabalho é relatar, a partir de análise histórica, como se deu o surgimento e a evolução do Islã Político e de seus movimentos particulares, e apontar sua situação atual. Como objetivos específicos podem ser listados: definir, com base em bibliografias, o que caracteriza o Islã Político; estabelecer um breve panorama histórico do surgimento do Islã e da evolução da sociedade muçulmana; relatar o surgimento da ideologia islamista no final do século XIX; explicar a formação de determinados grupos islamistas, sua evolução e seus métodos de ação e propósitos particulares; estabelecer ligações entre os grupos, partidos e Estados islamistas; e inserir o Islamismo no cenário geopolítico e histórico do Grande Oriente Médio.

Como hipótese, defende-se que o Islamismo surgiu a partir do interesse em reavivar os ideais islâmicos para contrabalançar a superioridade e domínio ocidentais sobre as sociedades muçulmanas. Seus movimentos se adaptaram ao longo do século XX a demandas e contextos específicos, respondendo aos desenvolvimentos geopolíticos locais, regionais e globais por meio da adoção de diferentes meios de ação: alguns grupos escolheram agir na cena política tradicional e assumiram ideais mais flexíveis, enquanto outros grupos optaram por posturas radicais e terroristas; além disso, enquanto alguns grupos se restringiram a ações no âmbito doméstico, outros buscaram projeção regional e internacional. Mesmo com essas especificidades, contudo, a utilização de valores islâmicos como instrumento para obter fins políticos e a busca por autonomia permaneceram uma constante em todas as manifestações do Islamismo.

A ideia central do projeto é realizar um exame do Islã Político, desde o nascimento de sua ideologia fundadora, no final do século XIX, e de suas primeiras formas institucionalizadas, no início do século XX, até suas manifestações atuais. Nessa análise, será traçado um histórico do desenvolvimento e da evolução das diferentes correntes dessa ideologia, explicitando-se os fatores chave para seu surgimento, difusão e modificação ao longo do tempo. Ademais, o estudo buscará identificar as ligações ideológicas e logísticas

existentes entre os grupos islamistas, além de abordar suas histórias particulares e seus meios de ação, assim como sua inserção externa e as respostas da comunidade internacional e local a suas ações e desenvolvimentos. Reconhecendo a amplitude e complexidade dos movimentos islamistas, a análise será delimitada aos principais grupos e Estados, Al-Qaeda, Hamas, Hezbollah, Talibã, EI, Irmandade Muçulmana, e Irã, a partir dos quais poderão ser traçados panoramas gerais sobre o Islã Político. Outros movimentos e manifestações também serão mencionados, mas de maneira breve.

O presente trabalho se divide em três capítulos, além de introdução e considerações finais. No capítulo intitulado “O Islã Político: um panorama geral”, é apresentada a definição conceitual do Islamismo – com destaque para sua ideologia e suas diferentes vertentes –, seguida por uma esquematização das relações do movimento com o ocidente – tendo por base a análise do secularismo e a teoria do Choque de Civilizações –, e por uma exposição do desenvolvimento histórico do Islamismo e do Grande Oriente Médio desde o surgimento do Islã em 610, até os dias atuais. O capítulo posterior, “O Islã Político no século XX: do surgimento ao renascimento islâmico”, trata do surgimento, atuação e desenvolvimento de grupos islamistas específicos, apresentando sua trajetória histórica do início do século XX até o final dos anos 1980, período no qual lançam suas bases e se consolidam na cena regional e internacional. Por fim, no último capítulo, “O Islã Político na atualidade: dos anos 1990 até a segunda década do século XXI”, é dada continuidade à revisão histórica, acompanhando os grupos no período que se estende dos anos 1990 até o ano de 2015, período marcado pela radicalização e pelo ingresso no cenário político institucional.

2 O ISLÃ POLÍTICO: UM PANORAMA GERAL

Quando se trata do estudo de um fenômeno tão plural e complexo como o Islamismo, é necessário primeiramente desenvolver um panorama geral teórico e histórico do movimento. Com esse objetivo, este primeiro capítulo tem início com uma análise da definição do Islã Político, conceituando-o, expondo seus princípios ideológicos e doutrinários e apontando suas diversas correntes e expressões. Em seguida, o foco é dado para as relações entre Islamismo e ocidente, com base na teoria do Choque de Civilizações de Samuel Huntington e do paradigma secularista. Por fim, é realizada uma breve narrativa da história geral do Islã Político e do Grande Oriente Médio, desde o surgimento do Islã até os dias atuais.

2.1 Definição e princípios do Islamismo

Ao tratar da sociedade muçulmana, é necessário distinguir o Islã do Islamismo. O primeiro termo se refere à religião, que conta com mais de 1,5 bilhão de seguidores e se espalha por todos os continentes (TAMAYO, 2009). O segundo termo, sinônimo de Islã Político, se refere à variável política da religião. Em outras palavras, o Islamismo diz respeito à ordem política, não sendo a fé em si, mas a busca por um sistema político condizente com a fé (TIBI, 2013).

Os termos Islã Político e Islamismo foram criados na década de 1970, época de grande ressurgência das atividades religiosas públicas no mundo muçulmano, para se referir a movimentos e ideologias que instrumentalizam referentes islâmicos (termos, símbolos e tradições) com o objetivo de articular uma agenda política e atingir objetivos políticos (HIRSCHKIND, 1997; AYOUB, 2007). Nessa definição, a ideologia islamista enfatiza a escolha consciente da doutrina islâmica como um guia para a ação política, combinando o retorno à leitura literal dos textos sagrados com intervenção no sistema político, mobilização popular e construção de uma organização para a tomada e retenção do poder (HALLIDAY, 1995; GUAZZONE, 1995).

Entretanto, uma definição mais abrangente do Islamismo demanda o reconhecimento de que nem todas as formas do Islã Político envolvem a tentativa de “capturar” o Estado. Existem diversos movimentos que compreendem apenas pregações e atividades missionárias objetivando islamizar a sociedade, atuações que também podem ser consideradas políticas por estarem sujeitas à restrição do Estado e por certas vezes concorrerem com suas instituições (HIRSHKIND, 1997). Por isso, é mais cabível delimitar o Islamismo como a utilização do

Islã para fins políticos e sociais ou como um movimento que procura uma identidade religiosa e um compromisso inequívoco para com o Islã, pregando que todos os âmbitos da vida (social, político, econômico e cultural) devem estar de acordo com a Sharia², a lei islâmica (VIEIRA, 2008; KNUDSEN, 2003).

Ao movimento islamista interessa prover respostas políticas para desafios sociais através da reapropriação e reinvenção de conceitos da tradição islâmica, a qual fornece importantes lições sobre como a política e a sociedade devem ser estruturadas (DENOEU, 2002; AYOUB, 2004). Pode-se dizer, portanto, que todos os grupos islamistas têm um objetivo comum: transformar a sociedade por meio da formação islâmica dos indivíduos e por meio da ação política e/ou social (TAMAYO, 2009). Ainda que se demarque o Islã Político sob essa ótica, o Estado permanece sendo central para o movimento: islamistas defendem que valores islâmicos não são apenas relevantes, mas fundamentais para a política, e que o Estado deve adotar e incentivar esses valores para que todas as esferas sociais sejam abarcadas pelo Islã (HALLIDAY, 1995).

O Islamismo, no geral, se coloca como crítico da modernidade, do Estado e do ocidente. As principais preocupações intelectuais do movimento são as potências internacionais, o imperialismo e o surgimento do sistema mundial moderno; o nacionalismo, o Estado-nação e modernidade; o significado e a reinstituição da Sharia; o embate entre Salafismo e o pensamento islâmico moderno contemporâneo; e o debate Estado-nação *versus* Estado Islâmico (ABU-RABI', 2011). A estruturação dessas questões teóricas deve ser entendida no cenário das massivas transformações sociais, econômicas, políticas e estruturais iniciadas com o imperialismo. O declínio muçulmano no século XVII e a subsequente impotência islâmica frente ao ocidente constituem a realidade psicológica do Islã Político, provendo o ímpeto para tentativas de recriar a glória dos tempos antigos através de um envolvimento mais profundo no Islã (FULLER, 2003).

É em parte como resultado de sua busca por explicações para as humilhações passadas e por soluções para a situação presente que os islamistas advogam o retorno à imaginada pureza do Islã ancestral e se agarram a uma noção romântica de uma “idade de ouro”, fundamental para a instrumentalização da religião. Essa mistificação dos tempos remotos provê os islamistas de meios ideológicos para expurgar as comunidades daquilo que consideram ser as impurezas e causas do declínio muçulmano (AYOUB, 2004). Além de servir como paradigma

² A Sharia é um corpo de leis que os aderentes do Islã acreditam que deve governar a vida dos muçulmanos. Esse código legal foi compilado a partir do Alcorão, do Hadith/Sunna (pronunciamentos e hábitos de Maomé) e das deliberações dos ulemás (teólogos árbitros da Sharia) (JAMES, 1996).

para a avaliação e reformulação da sociedade, a religião é importante para movimentos islamistas também por prover preceitos para a solidariedade, símbolos que transcendem os cálculos racionais de custo-benefício, e legados institucionais de recursos e redes que são utilizados para alcançar a população (BAYLOUNY, 2004).

Como o Islã Político se utiliza da invocação de ideias e símbolos que muçulmanos em diferentes contextos reconhecem como islâmicos, o movimento atinge pessoas de diferentes estratos econômicos e sociais (EICKELMAN; PISCATORI, 1996). A aderência aos ideais islamistas não se limita, contudo, à linguagem e às instituições religiosas: entre os fatores que explicam a grande capacidade mobilizadora do ativismo islamista hoje estão a eficácia de seu trabalho educativo, social, cultural e sanitário com a população mais pobre; a crítica da ineficácia do discurso e da prática política do Islã oficial/”estatal”; a reivindicação da essência do Islã originário; o fracasso das estruturas tradicionais e dos modelos ocidentais; e as constantes injustiças que os muçulmanos continuam a sofrer nas mãos do ocidente e de seus aliados (AYOOB, 2004; TAMAYO, 2009).

A partir dessas expressões e posicionamentos do Islamismo, formaram-se no ocidente quatro percepções sobre o movimento: i) que o Islamismo, assim como o Islã, é monolítico; ii) que o Islamismo é inerentemente violento; iii) que a intersecção entre religião e política é única ao Islamismo; iv) que o Islamismo é contrário à democracia. As quatro noções são incorretas (AYOOB, 2004).

É por possuir princípios e preocupações comuns que embasam os diversos grupos que formam o Islã Político que o movimento é comumente interpretado como monolítico pelos ocidentais, que o associam à divergência ou oposição ao espaço público secular e ao desejo de retorno à ordem política muçulmana pré-moderna (HURD, 2007). Na perspectiva essencialista, culturalista ou cultural-essencialista ocidental, o Islamismo é unitário porque todos os seus grupos seguem sua ideologia geral, que prega a utilização da religião para fins políticos como meio de criar uma identidade nacional e transformar a sociedade. O movimento também é tratado como monolítico e ameaçador na medida em que pode ser utilizado como instrumento para desafiar, por vezes com meios violentos, o *status quo* e o domínio global ocidental (AYOOB, 2004; WIMELIUS, 2003).

Ainda que seja verdade que a reinvenção da tradição proposta pelo Islã Político provê as ferramentas para separar o movimento dos contextos temporais e territoriais que lhe deram origem, permitindo aos islamistas ultrapassar os limites dos cenários social, econômico e político no quais as comunidades muçulmanas estão inseridas, quando sai da teoria e entra na prática o Islamismo é bastante influenciado e determinado pelo contexto em que opera, o que

faz com que não existam dois islamismos idênticos. A interpenetração de ideias e percepções religiosas na cultura política local e os constrangimentos e oportunidades fornecidos pelo Estado e pelos recursos e redes disponíveis resultam em manifestações únicas do Islã Político. Desse modo, apesar de compartilharem temas e possuírem similaridades em seus vocabulários, há uma variedade infinita de diferenças organizacionais, estratégicas, institucionais e ideológicas entre os movimentos islamistas, que refletem seus contextos particulares. O Islamismo não é monolítico e não é essencialista como apresenta o ocidente; até em um mesmo país existem múltiplas expressões do Islã Político (AYOUB, 2007; BAYLOUNY, 2004).

Uma das mais utilizadas demarcações do Islamismo é feita de acordo com a atuação de seus grupos. Da adoção desse parâmetro resultam três classificações, que diferem em suas interpretações dos problemas da sociedade muçulmana e das medidas a serem tomadas para combatê-los. A primeira, o Islamismo político ou moderado, se refere aos movimentos islâmicos que buscam obter o poder a nível nacional. Esses grupos geralmente aceitam o Estado-nação, operando dentro de suas regulamentações, rechaçam a violência e articulam uma agenda reformista, não revolucionária. A segunda classificação, chamada de Islamismo missionário, engloba grupos revivalistas e fundamentalistas, que buscam converter os não-crentes ao Islã. Para essa corrente, o controle do poder político não é o objetivo – seus adeptos buscam apenas a preservação da identidade muçulmana, da fé e da ordem moral. A terceira vertente, o Islamismo militante, Islamismo jihadista ou apenas jihadismo, é um movimento de luta armada contra os infiéis. Ele pode ser interno (voltado ao combate dos regimes muçulmanos considerados ímpios ou corruptos), irredentista (voltado à libertação de territórios governados por não muçulmanos) e global (voltado ao combate do inimigo distante, o ocidente – mais especificamente os EUA e seus aliados) (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2005; SHAHIN, 2005).

Uma segunda categorização divide os movimentos islamistas em dois grupos, de acordo com seu entendimento de como o revivalismo e a interpretação do Islã devem ocorrer. Os fundamentalistas são aqueles que se opõem ao *status quo* e buscam corrigir os entendimentos correntes do Islã, retornando aos textos sagrados para compreender a fé islâmica da maneira literal que é apresentada. Eles defendem o conservadorismo e o total cumprimento das pregações do Islã e das práticas adotadas no período do surgimento da religião, e muitas vezes buscam instituir o Estado Islâmico. Os modernistas, por sua vez, dão ênfase à interpretação da tradição, afirmando que os textos sagrados devem ser entendidos de acordo com o contexto em que foram escritos para que assim se possa chegar à real essência dos ensinamentos

universais e atemporais do Islã. Os islamistas liberais, a maior subcorrente do Islã modernista, recorrem ao Islã antigo para argumentar que a religião é compatível com o liberalismo ocidental, defendendo assim a modernidade, no sentido de avanços sociais e tecnológicos; os Sufistas, outra grande subcorrente dos modernistas, colocam as leis islâmicas em segundo plano e focam nos valores espirituais dos crentes como expressão da religião (FULLER, 2003). Como essas divisões exemplificam, mesmo dentro de cada uma das correntes do Islã Político existe uma infinidade de movimentos, que nem sempre atuam de maneira semelhante e aliada.

A partir do reconhecimento de que o Islamismo não é monolítico, pode-se inferir também que a afirmação de que o movimento é inerentemente violento é incorreta. A violência é exceção e não da regra nas atividades Islamistas; o recurso à força é comumente utilizado por *fringe groups*, que se distanciam do Islamismo *mainstream* ou moderado por considerarem-no conivente com os regimes existentes e/ou por ponderarem que não conseguirão assumir o poder por meios constitucionais. Além desses *fringe groups*, organizações extremistas transnacionais adotam a violência como seu meio primário de atuação para atacar o inimigo distante, após terem falhado na deposição dos regimes domésticos (AYOOB, 2007).

Disso decorre a constatação de que a exclusão ou inclusão no sistema político é um importante fator para a radicalização do Islamismo. Dados indicam que quando recebem a oportunidade de participar da política a troco de moderação, os movimentos alteram suas manifestações para responder a esse estímulo. Em outras palavras, os grupos são cooptados, escolhendo trabalhar dentro dos limites do sistema e passando a advogar mudanças por meio do processo político, e não pela arriscada opção do confronto violento. Além disso, a partir da associação ao sistema político, os líderes dos movimentos adquirem interesses no seu funcionamento, exercendo pressão sobre as alas mais radicais para que não prejudiquem a posição estabelecida. Por outro lado, quando sua inclusão no sistema é negada, o movimento não tem incentivos para moderar suas ações – nessa situação, a violência é o meio encontrado para comunicar demandas às autoridades e para manter o grupo coeso, criando uma identidade e uma solidariedade de conjunto (BAYLOUNY, 2004).

Tratando da terceira afirmativa ocidental sobre o Islamismo, é preciso dizer que a politização da religião e a inclusão da religião na política não são fenômenos únicos ao Islã (AYOOB, 2007). Há diversas manifestações de Cristianismo Político e de Judaísmo Político por todo o mundo ocidental, dentre as quais o Sionismo talvez seja o principal exemplo. Além disso, na sociedade ocidental, a religião também está imbricada na política de forma bastante sutil, influenciando debates e tomada de decisão sobre temas polêmicos, como aborto e

legalização das drogas. Por isso, não se pode dizer que a intersecção entre religião e política seja única aos fenômenos islamistas; ela apenas chama mais atenção por envolver uma realidade cultural diversa.

Ademais, ainda que alguns estudiosos afirmem que o Islã é uma “religião de lei”, contendo legislações que se considera serem de origem divina e que são vinculantes a todos os crentes, a integração entre Estado e comunidade religiosa caracterizou apenas um pequeno segmento do Oriente Médio, e o Alcorão e a Sunna não prescrevem uma forma específica para o Estado Islâmico e para uma constituição (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2005). A política muçulmana foi delimitada por mudanças no Estado e na sociedade, não possuindo um programa sócio-político-econômico próprio. Assim, as ideologias islâmicas são formadas por diversas identidades sociais, políticas e culturais que podem se complementar ou se contradizer. O Islamismo é apenas uma tradição discursiva, uma linguagem que apresenta e interpreta fenômenos políticos a partir do Islã (HURD, 2007). Logo, a noção de que para o Islã a religião e a política são inseparáveis não se sustenta.

Por fim, cabe apresentar o debate Islamismo *versus* democracia. No ocidente, parece predominar a abordagem essencialista, que defende a incompatibilidade do Islã com as práticas e instituições democráticas. Segundo alguns autores, o Islamismo só adere a meios democráticos quando não tem poder de utilizar a força e, na medida em que a Sharia é considerada discriminatória (contra mulheres, por exemplo), os islamistas sempre tentariam impor políticas opressoras e, por consequência, antidemocráticas (KNUDSEN, 2003).

Contudo, não há uma única posição aceita sobre a relação do Islã com a democracia. Mesmo entre pensadores islamistas, o debate não é uniforme, podendo ser distinguidas três tendências. A primeira, rejeicionista, descarta a democracia como um conceito alheio à sociedade muçulmana, cuja adoção ameaça a identidade islâmica e relembra o período de imperialismo ocidental e subjugação cultural e política. Alguns desses pensadores também apontam que o Islã e a democracia seriam incompatíveis porque a religião defende a soberania absoluta de Alá (e não do povo), porque o conjunto de leis da Sharia como definido por Alá não pode ser alterado, e porque o conceito de parlamento e de outras fontes legais é tido como blasfêmia. A segunda tendência vê a democracia atualmente praticada no mundo árabe como o único meio para sua sobrevivência política e para sua participação no sistema. Esse grupo respeita os regimes e instituições e rejeita a violência, mas não abandona o interesse de instaurar um Estado Islâmico por meio do gradualismo e de meios legais. A terceira tendência, acomodacionista, vê a democracia, suas instituições e seus processos como compatíveis com os princípios do Islã. Sua argumentação é que o sistema democrático provê

um meio de evitar que um indivíduo ou uma classe clamem a soberania para si (SHAHIN, 2005; VOLL, 2007).

A partir dessa breve apresentação, é possível perceber que o Islã Político é um fenômeno multifacetado. Pautados pelo interesse comum em aplicar os princípios da religião às esferas da vida social, os grupos islamistas divergem em seus métodos de ação, em sua interpretação dos textos sagrados e em sua relação com o sistema político democrático. Para compreender ainda mais as dinâmicas do Islamismo, é necessário atentar para suas relações com o ocidente. Esse é o foco da próxima seção, que apresentará a teoria do Choque de Civilizações e a abordagem secularista, princípios que moldam as políticas ocidentais para o Islã Político.

2.2 Relações com o ocidente e o “Choque de Civilizações”

Para explicar o papel da religião no mundo muçulmano e compreender as dinâmicas entre o ocidente e o Islamismo, muitos estudiosos recorrem à tese do Choque de Civilizações, de Samuel Huntington. De acordo como autor, o final da Guerra Fria trouxe novos perigos, e os principais embates internacionais se dariam a partir de então entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais: os cristãos ocidentais, por um lado, e os muçulmanos e ortodoxos de outro (NORRIS; INGLEHART, 2004).

As civilizações, de acordo com a definição de Huntington, ultrapassam fronteiras de Estados e englobam mais de um país e/ou nação. Assim como o nacionalismo, o pertencimento a uma civilização invoca um sentimento de grupo, geralmente às custas da degradação dos “outros”, aqueles que pertencem a distintas entidades civilizacionais. Dentre os fatores envolvidos no enquadramento de diferentes povos a uma civilização estão momentos históricos compartilhados, similaridade racial, afinidade linguística e religião comum. De todos os elementos, a religião é aquele que tem o maior poder na definição de uma civilização (AYOOB, 2012).

A partir dessa conceituação, são elaboradas três teses do Choque de Civilizações: i) valores de diferentes sociedades são dependentes da trajetória, refletindo legados de civilizações “matriz”; ii) há grandes diferenças culturais entre os valores políticos do ocidente e os valores do resto do mundo, sendo o mais marcante deles associado à democracia; iii) esses diferentes valores levarão a conflitos entre os Estados (NORRIS; INGLEHART, 2004).

Essa ideia do Choque de Civilizações é instrumentalizada no embate entre secularismo e intersecção entre religião e política. O secularismo é produto de desenvolvimentos históricos específicos das sociedades ocidentais e prevê os termos pelos quais as distinções entre público

e privado, religião e política e sagrado e secular são feitas. Por isso, essa perspectiva tem importante papel na categorização do Islã Político e na determinação das pré-condições de ações políticas particulares frente a sociedades muçulmanas (HURD, 2007).

Há dois tipos de secularismo, o Laicismo e o Judaico-Cristão. Para o primeiro deles, a esfera pública é o domínio da razão, enquanto a privada é o domínio da subjetividade. O envolvimento da religião na esfera pública, por isso, é tido como não natural, antidemocrático e teocrático. O Laicismo considera o Islã Político como uma expressão superficial de interesses materiais, estruturais ou psicológicos mais fundamentais da sociedade, sendo produto de condições socioeconômicas e políticas locais. O Islamismo também é percebido como uma ameaça à administração científica e à modernidade que deve ser controlada ou extinta (HURD, 2007).

O Laicismo é bastante influente na Europa, tendo repercussões em menor escala nos EUA. São três as principais implicações do Laicismo na política externa: i) grupos islamistas de oposição são desconsiderados ou enquadrados no bloco monolítico do Islã Político; ii) quando ocorrem negociações entre forças seculares e religiosas no mundo muçulmano, elas são vistas como aproximações não-naturais do Laicismo ou como ameaça aos ideais laicos; e iii) o Laicismo impede um engajamento efetivo entre europeus e civis islamistas moderados, eclipsando o potencial democrático de algumas formas do Islamismo. Como consequência dessas definições, as ações externas de assistência europeia a países muçulmanos priorizam a privatização da religião em nome da modernização, do desenvolvimento e da democratização (HURD, 2007).

O segundo tipo de secularismo, Judaico-Cristão, considera o Islã Político como uma mistura não democrática entre religião e política que se opõe à moderna separação entre igreja e Estado. Esse grupo de secularistas afirma que as distinções entre religião e política estão ausentes em toda a história muçulmana e não irão se materializar no futuro – em outras palavras, sociedades islâmicas não teriam formas indígenas de secularismo e não aceitariam o secularismo ocidental. O Islã, nessa perspectiva, não teria abertura para debates, questionamentos e mudanças, sendo inóspito à democracia e dando origem ao paroquialismo, ao anti-modernismo, e à intolerância (HURD, 2007).

O Secularismo Judaico-Cristão é bastante difundido nos Estados Unidos. Como consequência, a política externa americana opera considerando que atores políticos muçulmanos devem ser excluídos, uma vez que seu potencial para agir democraticamente é limitado ou inexistente: as opções políticas são, então, restritas à tensa coexistência, à confrontação violenta ou à conversão. Qualquer forma de identidade política muçulmana

nesse contexto pode ser reduzida a tirania. Cabe mencionar que o Secularismo Judaico-Cristão tem na separação entre âmbitos religiosos e seculares a linha divisória entre civilizações (HURD, 2007).

Para ambas as visões secularistas, a religião deve se confinar ao espaço particular ou se engajar no espaço público sem fazer demandas. Como esse princípio não é seguido em sociedades muçulmanas, o Islã Político é visto como uma transgressão da divisão entre público e privado e é relacionado a terrorismo, fundamentalismo e intolerância. Nessa perspectiva, formas de política identificadas como islamistas aparecem como transgressoras ou regressivas, uma força social contrária à ciência, à racionalidade e ao próprio secularismo. Contudo, enquanto o Secularismo Judaico-Cristão vê o Islã como incompatível com qualquer separação entre religião e política, o Laicismo acredita que sociedades muçulmanas podem ser “modernizadas” se seguirem os modelos secularistas ocidentais (HURD, 2007).

Dessa maneira, análises da política americana e europeia para o Oriente Médio (e para o Islã Político) que excluem a variável civilizacional não conseguirão demonstrar com amplitude e honestidade as raízes por trás de muitas das políticas de força ocidentais para a região. Modelos não-ocidentais de religião e política são vistos como aproximações falhas dos princípios ocidentais ou como uma ameaça a eles e relacionados a despotismo. O fato de que a maioria dos movimentos islamistas busca contestar a hegemonia ocidental no cenário internacional acaba tensionando ainda mais as relações: para esses movimentos, como o *status quo* internacional endossa o *status quo* doméstico, ambos estão fortemente relacionados; além disso, o apoio dado pelo ocidente, especialmente pelos EUA, a regimes autoritários e opressivos no Oriente Médio torna mais fácil canalizar a raiva contra governantes domésticos para os ocidentais (AYOOB, 2004). A consequente visão do Islamismo como uma ameaça estimula a crença de que todos os grupos islamistas são fundamentalistas, ao mesmo tempo em que fortalece grupos radicais que argumentam que o ocidente busca a hegemonia global através da destruição do Islã (HURD, 2007).

A abordagem do Choque de Civilizações e a perspectiva secularista fornecem instrumentos para compreender como se dá a dinâmica das relações entre ocidente e Islamismo. Entretanto, é preciso reconhecer as limitações da ideia de que os grandes conflitos do mundo pós-Guerra Fria se darão entre o ocidente e Islã. Atualmente, não há países ou movimentos no Grande Oriente Médio que sejam capazes de ameaçar os EUA ou as potências europeias. Obviamente programas regionais para o desenvolvimento de armas de destruição em massa representam uma potencial ameaça nos anos futuros, mas ainda assim se trata do longo prazo. Por fim, os interesses geopolíticos, energéticos e securitários do ocidente

também possuem um papel determinante nas relações dos EUA e da Europa com os grupos Islamistas, o que faz com que muitas vezes os países ocidentais ignorem as diferenças civilizacionais e apoiem esses grupos para alcançar seus objetivos estratégicos (JAMES, 1996).

De maneira geral, os princípios que embasam a leitura ocidental do Islã Político são marcados pela ideia de oposição e pelo sentimento de alheação e transgressão de modelos de política considerados racionais e modernos. Essa dinâmica ficou evidenciada na história do Islamismo, tanto por meio da oposição direta do movimento ao ocidente quanto por meio da oposição aos regimes nacionais seculares. A próxima seção remonta às origens do Islã e aos grandes acontecimentos geopolíticos da região do Grande Oriente Médio, e elucida, de maneira geral, como o movimento islamista se enquadrou na política, cultura e religião da sociedade muçulmana ao longo dos anos.

2.3 Panorama histórico geral

A religião islâmica nasceu no ano de 610, quando o Profeta Maomé recebeu sua missão divina e aceitou as instruções de Alá. Inserido em uma sociedade tribal e politeísta, Maomé passou a pregar mensagens de monoteísmo, igualdade e unidade. Em pouco tempo, a tribo Coraixita, que controlava Meca, cidade em que Maomé fazia pregações, passou a suspeitar que o novo orador estava tentando minar sua autoridade e prejudicar o papel da região como centro da idolatria politeísta. Maomé e seus seguidores foram então forçados a escapar para Medina em 622. Para as tribos que lá estavam, Maomé propôs a *umma*, uma comunidade unida sob um único Deus (WIMELIUS, 2003).

O novo monoteísmo de Maomé se adequava às necessidades das sociedades tribais por adaptar as ideias correntes na região para a ordem moral estabelecida pelo Alcorão e pela Sharia. Sob o domínio do Islã, as tribos continuaram a existir e florescer, o que facilitou à religião se espalhar pela Ásia central e pela África Sub-Saariana, já que os povos islâmicos se conectavam sem destruir suas estruturas internas. Dessa maneira, Maomé foi bem sucedido na criação de uma sociedade trans-tribal e transnacional; as pessoas poderiam se reconhecer como membros do mesmo povo sem abandonar sua linhagem, sua tribo e sua nacionalidade (BLACK, 2011).

A religião, a partir do conceito de *umma*, forjou ao mesmo tempo um sentimento de nacionalismo árabe e de comunidade espiritual, territorial e política internacional, transcendendo o sentimento de vínculo à nação. O projeto de Maomé incluía a transferência

de poder para o Profeta e o estabelecimento da Sharia como determinante da moral, da lei, da religiosidade e do comércio na sociedade. O Islã colocou o indivíduo como centro da responsabilidade social, e estabeleceu uma identidade que aproximava seus membros e os diferenciava dos não-membros. As fronteiras do povo islâmico eram tidas como as fronteiras do mundo moral e a guerra santa (*jihad*) em defesa da *umma* consumava a fraternidade e endossava a divisão entre aqueles que pertenciam ao Islã e aqueles que não pertenciam. Lutar contra não crentes e idolatras, mesmo que estes não fossem agressores, era considerado um dever religioso; o Islã, mais do que qualquer outra religião, fez da guerra uma virtude, regulando-a (BLACK, 2011).

Na medida em que a força social e militar da *umma* cresceu consideravelmente, os Coraixitas foram forçados a aceitar sua derrota e submeter-se à *jihad*. Meca caiu sob o controle da comunidade muçulmana em 630, e Maomé unificou as tribos da Arábia. Dois anos depois, em 632, o Profeta morreu, e divergências sobre sua sucessão se tornaram problemáticas, culminando na divisão de muçulmanos entre Sunitas e Xiitas (WIMELIUS, 2003; JAMES, 1996). Enquanto o sunismo acreditava que Maomé não havia deixado herdeiros legítimos e que seu sucessor deveria ser eleito através da votação da comunidade islâmica, o xiismo defendia que o Profeta havia ordenado divinamente seu primo Ali para ocupar a liderança do mundo muçulmano. Além disso, enquanto os xiitas eram conservadores em suas interpretações do Alcorão e da Sharia, os sunitas atualizavam suas leituras dessas fontes, levando em consideração as transformações pelas quais o mundo passava, e se valiam também da Sunna como fonte de jurisprudência.

Em meio a essa cisma, os sucessores de Maomé foram apontados pela *Nidwa* (assembleia). Conhecidos como os quatro Califas (representantes), os novos líderes enfrentaram dificuldades, uma vez que não poderiam afirmar que seus decretos eram divinos, e suas determinações e ações eram abertamente contestadas pela população. Mesmo nesse contexto, porém, os Califas conseguiram manter e ampliar o território do Islã: o primeiro sucessor do Profeta, o Califa Abu Bakr, consolidou o Islã na península arábica; o Califa Omar, que assumiu a liderança após a morte de Bakr, se concentrou na expansão do Islã para fora da península, conquistando Damasco, Jerusalém e Alexandria e indo em direção à Mesopotâmia; o terceiro Califa, Otman, continuou a expansão territorial, alcançando a Pérsia e a China. As conquistas cessaram temporariamente no reinado do Califa Ali, que teve sua autoridade amplamente contrariada e presenciou duas grandes batalhas intra-muçulmanas como resultado de rivalidades tribais. Se dá o nome de “tormenta maior” a essa guerra civil,

que culminou na morte de Ali em 661 e na ascensão de Hussein, neto do Profeta, ao poder (AYOOB, 2004).

O Império muçulmano ficou sob o controle da nova dinastia Omíada de Hussein por 100 anos, até que os Abássidas tomaram o poder (WIMELIUS, 2003). Durante esse período, o califado foi transformado em uma monarquia hereditária e as esferas política e religiosa se tornaram distintas; manteve-se, todavia, a ideia de indivisibilidade entre religião e Estado para legitimar o governo dinástico e para esconder o fato de que o estabelecimento religioso era subserviente a ele. O Estado intervinha muito pouco em assuntos religiosos e os ulemás aceitavam a legitimidade da autoridade temporal. O critério de juristas muçulmanos para estabelecer essa legitimidade era mínimo: enquanto o governante conseguisse defender os territórios do Islã e não impedisse seus súditos muçulmanos de praticarem sua religião, rebeliões estavam proibidas. A *fitna* (dissensão, anarquia) era vista como pior do que a tirania, por ameaçar a integridade da *umma* (AYOOB, 2004). A falta de um poder religioso centralizado ao mesmo tempo diminuía a ameaça dos ulemás ao Estado e tornava difícil para o Estado impor controles às autoridades religiosas (AYOOB, 2007).

Sob os reinados Omíada e Abássida, o Islã retomou sua expansão, alcançando o Magreb, a península Ibérica, a Europa Ocidental, a Ásia Central e a Índia. Devido à grande dimensão do território muçulmano e aos conflitos externos e internos, nos séculos XV e XVI havia três Impérios que tinham o Islã como religião oficial – o Império Mongol (Índia), o Império Safávida (Irã) e o Império Otomano (Oriente Médio, Balcãs e norte da África). Dentre os três reinos, os otomanos eram o poder islâmico dominante, posição reafirmada em 1774, quando o Império reestabeleceu o califado e o Sultão passou a ocupar a posição de califa e de defensor do Islã (WIMELIUS, 2003). É importante mencionar que essa medida não representou uma islamização da política, e o legado anterior de subserviência dos assuntos religiosos à autoridade temporal foi mantido e institucionalizado através da absorção dos funcionários religiosos na burocracia imperial.

Os reinados islâmicos eram extremamente poderosos, e produziam uma cultura rica que se contrapunha à Europa, estagnada na “idade das trevas” (JAMES, 1996). No século XVII, entretanto, esse cenário começou a mudar, na medida em que o ocidente atingiu a superioridade militar e econômica. Como até então o contato dos muçulmanos com os ocidentais era pequeno, uma vez que eles eram vistos como inferiores cultural e religiosamente, os muçulmanos não estavam preparados para a mudança na balança de poder que colocou o ocidente na hegemonia global. Ao sair da Idade Média, a Europa desenvolveu um grande dinamismo, estruturando sua ascensão sobre conquistas culturais anteriores, muitas

das quais muçulmanas. Seu clima, sua flora e sua fauna, juntamente com sua nova energia civilizacional, foram as fontes primárias da emergência de novas civilizações poderosas (FULLER, 2003).

Os muçulmanos ficaram para trás nesse novo capítulo da história por diversas razões. Entre as principais, pode-se listar o enfraquecimento da tradição universalista do Islã, que levou à atrofia da sociedade intelectual islâmica; as conquistas mongóis, que destruíram grande parte dos centros urbanos muçulmanos; a emergência de um Estado xiita no Irã no século XVI, que dividiu o mundo sunita, criando barreiras à comunicação; a mudança do comércio da Rota da Seda para uma rota marítima, que marginalizou a região do Oriente Médio no sistema internacional; e o desflorestamento do Crescente Fértil e a falta de recursos naturais, que inibiram a industrialização do mundo islâmico ao dificultarem o acesso a matérias-primas (FULLER, 2003).

O declínio foi consolidado na medida em que o mundo muçulmano sofreu com diversas derrotas e invasões: em 1774, os Russos derrotaram os Turcos; em 1798, Napoleão Bonaparte adentrou o Egito, dando início ao colonialismo europeu no mundo árabe; em 1830 os Franceses conquistaram a Argélia; em 1839 os Britânicos tomaram o controle de Áden (no atual Iêmen); em 1881 e 1882 os Franceses ocuparam a Tunísia e os Britânicos assumiram o Egito, respectivamente; já no século XX, em 1911, a Rússia capturou territórios persas e a Itália anexou Trípoli, enquanto em 1912, os Franceses estenderam sua influência para o Marrocos (SCHANZER, 2002). O Império Otomano não era mais páreo para as potências europeias, que tinham como novo objetivo dividir entre si a região (BROWN, 2000).

O modelo ocidental imposto pelo colonialismo desmembrou o mundo muçulmano em Estados-nações que não estavam baseados em verdadeiras “nacionalidades”. O mundo árabe foi, então, organizado artificialmente em unidades percebidas como não-tradicionais, ilógicas, inúteis e mal sucedidas pela população local. Além disso, o modelo ocidental, ao não se basear nos princípios morais de unidade islâmica, foi percebido como fonte de fragilidade pelos muçulmanos – dessa forma, as conquistas passadas e a “durabilidade” da civilização islâmica foram atribuídas à mensagem e à implementação do Islã, e a ideia de *umma* como comunidade autossuficiente e superior permaneceu enraizada na população (FULLER, 2003). A história política do mundo muçulmano ficou, a partir desse momento, marcada por nações buscando se tornar Estados e por Estados tentando legitimar sua existência em princípios nacionalistas (BROWN, 2000).

Nesse contexto, movimentos políticos e sociais de retorno à religião emergiram como resposta ao domínio e influência externos, em um esforço para retornar ao passado glorioso,

quando o Islã reinava supremo. Pensadores e políticos tentaram produzir um modelo de sociedade alternativa à ocidental, recorrendo a recursos da história islâmica, da teologia e do idioma local para criar uma rígida ideologia baseada nos valores e leis tradicionais do Alcorão (HALLIDAY, 1995; SCHANZER, 2002). Algumas das correntes do novo movimento se mostravam abertas às realizações da Europa “moderna”, enquanto outras eram de cunho nacionalista ou religioso; o comum entre todas elas era a utilização do Islã como meio de resistência à condição colonial, e a percepção do ocidente como inimigo (ARAÚJO, 2013). Estava formada a primeira geração do Islamismo.

Alguns dos principais autores do período foram Jamal al-Din al-Afghani, Muhammed Abduh e Rashid Rida. Sob a influência de Abduh, o movimento reformista passou a ser identificado também pela designação de Salafiyya ou Salafismo³. Vindo do termo *Salaf*, que significa seguir, o Salafismo é uma forma puritana do Islã sunita, que busca expurgar o Islã de inovações ou práticas que desviem dos ensinamentos do Profeta. Seu objetivo era restaurar, reformar e reunir a sociedade muçulmana, aceitando os frutos do desenvolvimento europeu na ciência e, ao mesmo tempo, retornando aos princípios da religião islâmica dos tempos antigos. A primeira geração de muçulmanos deveria servir como inspiração para essa conciliação entre o Islã puro e os progressos científicos e técnicos do mundo ocidental. Por meio dessa restauração, se acreditava que os povos islâmicos seriam capazes de colocar um fim ao colonialismo e se igualar à Europa em termos de poder (COSTA, 2010). O movimento Salafiyya acabou se restringindo ao campo teórico, encontrando dificuldades para atingir as massas, que se sentiam mais atraídas por movimentos nacionalistas que prometiam a independência não apenas dos colonizadores europeus, mas também do Império Otomano (ARAÚJO, 2013).

Em 1918 um novo golpe atingiu a sociedade islâmica. Com sua derrota na Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano foi dissolvido, o califado foi abolido, novos Estados e protetorados foram criados, e o controle dos territórios passou para as mãos dos britânicos e

³ Abre-se aqui um parêntese para diferenciar Salafismo de Wahhabismo, termos comumente utilizados como sinônimos. No início do século XVIII, Muhammad bin Abd al Wahhab criou o Wahhabismo, um movimento religioso na península arábica que objetivava reverter o declínio moral da sociedade e encorajava um retorno à prática ortodoxa do Islã. Para atingir esses fins, pregava-se a observação rigorosa dos preceitos do Alcorão e da Sunna, o reestabelecimento do culto a Alá por meio de conflitos (*jihad*) e a erradicação das condutas desviadas. Al Wahhab contou com o apoio do emir Muhammad ibd Saud, que iniciou a criação de um Estado wahhabita e, com a legitimação proveniente da aliança com o setor religioso, conseguiu submeter a seu comando a maior parte dos territórios da península arábica, criando o reino da Arábia Saudita (TAMAYO, 2009). O império saudita passou um tempo dormente e, no século XIX, a ideologia wahhabita também passou por um período de revivalismo. Tanto o Wahhabismo quanto o Salafismo possuem princípios bastante semelhantes; por isso, alguns estudiosos afirmam que o Wahhabismo é o braço saudita do Salafismo.

franceses, como determinado pelo acordo Sykes-Picot de 1916 (FULLER, 2003). Esse desenvolvimento acentuou ainda mais o sentimento de submissão sofrido pelos muçulmanos, que haviam se aliado aos britânicos na luta contra os turco-otomanos sob a promessa de que ao final da guerra ganhariam um Estado árabe unificado e independente abarcando o Oriente Médio (BROWN, 2000). A partir dessas mudanças sociopolíticas, o reformismo tomou distintas direções, fornecendo as bases ideológicas do ativismo islamista do século XX, e o Salafismo viu sua mensagem evoluir em um sentido mais conservador (COSTA, 2010). Pensadores islamistas criaram o termo Estado Islâmico para reconciliar a visão romântica da política islâmica com a existência de Estados soberanos baseados no modelo europeu, em uma tentativa de islamizar os Estados muçulmanos. Essa busca por um Estado Islâmico levou ao surgimento de “islamonacionalismos”, principalmente como meio de resistência ao domínio ocidental. Esses movimentos islâmicos de oposição se diferenciavam dos movimentos nacionalistas seculares por buscarem estratégias de transformação social, moral e cultural, além da política (AYOOB, 2004).

Ainda assim, os movimentos nacionalistas seculares, como o nasserismo e o pan-arabismo⁴ angariaram mais força, e foi com base neles que os territórios árabes conquistaram a independência. Os Estados-nação decorrentes desse processo, promovidos pelas elites nacionais, foram construídos em uma base institucional completamente instável e com grande dependência econômica e política dos antigos poderes coloniais e, cada vez mais, dos EUA. O contexto de Guerra Fria contribuía, ademais, para a polarização do mundo árabe: as potências ocidentais promoveram o autoritarismo na região, e o movimento islâmico passou a colidir com diferentes regimes, tendo sido explorado e apoiado pelas potências para o embate Leste-Oeste. Como consequência, se acirraram conflitos políticos e guerras, tanto internos como regionais (ARAÚJO, 2013; ABU-RABI', 2011).

No geral, as elites domésticas, juntamente com conselheiros e acadêmicos ocidentais, chegaram à conclusão de que era necessário adotar e estimular programas políticos, econômicos e sociais ocidentais para alcançar desenvolvimento e progresso. A ideia corrente era de que a sociedade tradicional, da qual a religião era parte integral, teria que ser abandonada para dar espaço para uma sociedade moderna e secular. Por isso, os novos países muçulmanos tomaram medidas para restringir a religião à vida privada, objetivo difícil de ser alcançado, principalmente por causa do idioma e das instituições que os islamistas poderiam

⁴ O nasserismo é uma ideologia nacionalista baseada nos preceitos de Gamal Abdel Nasser, então presidente do Egito, que pregava a defesa da autonomia e da soberania. O pan-arabismo, por sua vez, é um movimento político que objetiva a união de todas as populações e nações árabes em uma grande comunidade (VISENTINI, 2012).

explorar (mesquitas poderiam ser utilizadas para propagar mensagens políticas, por exemplo) (WIMELIUS, 2003).

Os regimes adotaram três práticas para tentar conter a influência do Islã Político, porém nem sempre foram bem sucedidos. Alguns governos tentaram cooptar grupos islamistas, mas como consequência apenas os deram mais oportunidades políticas e midiáticas. Outros regimes tentaram competir com islamistas em seus próprios termos, projetando-se como comprometidos com o Islã, e assim pavimentaram o caminho para críticos que afirmavam que o regime não cumpria o que pregava. A maioria dos governos, todavia, tentou suprimir grupos islamistas por meio da coerção e da perseguição. Essa tática forçou os movimentos a entrarem na clandestinidade e se dispersarem geograficamente, levando-os a cometer atos violentos contra o regime e seus símbolos e apoiadores, além de ter possibilitado aos islamistas se declararem vítimas de violações dos direitos humanos (AYOOB, 2004). Foi a partir dessa repressão que surgiu a segunda geração de islamistas, que recorrem à violência e defendem uma concepção bastante restrita do Islã (TAMAYO, 2009).

Mesmo com esses esforços dos regimes, o apelo do Islamismo entre a população aumentou. Na década de 1960 o “contrato” entre os governos árabes e seus cidadãos começou a desmoronar. O clima político, econômico e social estava em crise pelo declínio econômico e pela consequente tomada de empréstimos dos EUA, que, somados ao gigantesco aumento demográfico, criaram uma grande massa de pessoas desempregadas e evidenciaram a subserviência dos regimes ao ocidente. O golpe final na relação das massas com os regimes veio em 1967, quando, com o apoio dos EUA e da Europa, Israel conquistou o Sinai, Jerusalém, Cisjordânia e as colinas de Golã, derrotando o Egito na Guerra dos Seis dias. A criação do Estado de Israel em 1948 havia sido considerada pelos árabes uma agressão, e a perda de territórios para o país contribuía ainda mais para o sentimento. As elites governantes haviam falhado em prover progresso econômico, participação política e dignidade às populações. Nessa atmosfera de insatisfação generalizada, as ideologias seculares (socialismo, nacionalismo, nasserismo, pan-arabismo etc.) foram relacionadas com fracasso e perderam força, abrindo espaço para um novo renascimento religioso no Oriente Médio (TAMAYO, 2009; ARAÚJO, 2013).

A população culpava os problemas da sociedade na dependência e influência do ocidente, em especial dos dois polos da Guerra Fria, EUA e URSS. A modernização, como processo de ocidentalização e secularização, passou a ser vista como uma forma de neocolonialismo exportado pelas potências e imposto pelas elites locais, uma doença que minava a identidade e os valores culturais e religiosos do povo e os substituía por valores e modelos de

desenvolvimento estrangeiros. Na medida em que a legitimidade dos regimes diminuía, os governos se tornavam mais autoritários, eliminando ou enfraquecendo a oposição secular. O movimento de resistência islâmica começou então a se organizar – de forma clandestina – para fazer oposição mais direta ao Estado, e o Islã Político passou a ser identificado mais claramente como uma forma de resistência política ao regime vigente. Slogans como “o Islã é a solução” e “nem leste nem oeste” começaram a apelar à população, que buscava legitimidade no governo e uma nova identificação social (AYOOB, 2004; ESPOSITO, 2000). Além disso, os islamistas passaram a prover as populações econômica e socialmente, fornecendo educação, saúde, segurança, cursos profissionalizantes e até empréstimos para as comunidades desassistidas pelo Estado, criando assim vínculos mais profundos com a sociedade e demonstrando sua efetividade (BERMAN, 2003).

A partir do final da década de 1970, o Islamismo assumiu um definitivo lugar de destaque na política interna dos países muçulmanos e na política internacional. Esse novo impulso começou com a Revolução Iraniana de 1979, que instaurou uma República Islâmica no país, destituindo o regime pró-ocidental do Xá⁵ e criando a noção de “ameaça islâmica global”. A isso se seguiram a invasão soviética do Afeganistão em 1979, que juntou muçulmanos de todos os países para uma *jihad* em defesa do território, a invasão do Líbano por Israel em 1982, e a Primeira Intifada na faixa de Gaza em 1987, que contribuíram para manter e fortalecer a crença de que apenas o Islã poderia conduzir a mudanças concretas e levar à criação de sociedades mais justas (COSTA, 2010).

Nesse ambiente de decadência e conflitos, o Estado de segurança no mundo árabe deixou de ser ideológico e passou a ser uma questão de sobrevivência, baseando-se numa aliança com o imperialismo internacional e na opressão de todos os aspectos da sociedade civil. Entrando novamente em choque com os regimes e já estando mais consolidado, o Islamismo se viu obrigado a adentrar um período de autocrítica (ABU-RABI', 2011). Enquanto alguns grupos radicalizaram suas posições e focaram na luta armada, outros passaram por uma metamorfose nas ideias, abordagens, estratégias e práticas, dando origem ao Pós-Islamismo, também conhecido como a terceira geração do Islamismo (BAYAT, 2005).

O novo ramo no pensamento do Islã Político surgiu a partir de condições políticas e sociais em que, seguindo uma fase de experimentação, o apelo e as fontes de legitimidade da segunda geração do Islamismo se exauriram. Se afastando das doutrinas jihadistas e salafistas, caracterizadas pelo universalismo, pelo monopólio da verdade religiosa, pelo exclusivismo e

⁵ Denominação atribuída aos monarcas iranianos.

pela obrigação, o Pós-Islamismo aceita a ambiguidade, a multiplicidade, a inclusão e o compromisso. A ideia principal do movimento é estruturar um projeto consciente para conceituar e aplicar o Islamismo nos domínios social, político e intelectual, procurando juntar o Islã com a livre escolha, a liberdade individual, a democracia e a modernidade (BAYAT, 2005). Para isso, os seus adeptos optaram por uma trégua com o Estado de segurança e adentraram na arena democrática, formando partidos e se voltando para a competição política tradicional. Assim, por meio de uma “revolução silenciosa”, alguns movimentos islamistas foram entrando no *mainstream*.

O foco da comunidade internacional permaneceu, contudo, nos jihadistas, que em resposta à nova onda de repressão dos regimes entraram em uma espiral de radicalização (ESPOSITO, 2000). Os anos 1990 foram marcados pelos atentados ao World Trade Center (1993), por bombardeios e por ataques suicidas, tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito internacional. A percepção geral, que se limitava a analisar a expressão desses grupos violentos, validava a ideia de que o Islã Político era inerentemente agressivo e antidemocrático. A partir de então, ainda que não conseguisse mobilizar apoio de significativas parcelas da população para suas guerrilhas, o Islamismo passou a ocupar o lugar do comunismo como inimigo número um do ocidente – o “perigo verde”, usado para se referir ao fundamentalismo, substituiu a noção de “perigo vermelho” (HALLIDAY, 1995).

Os eventos de 11 de setembro de 2001 vieram confirmar os temores do ocidente. A partir dos ataques, a política externa dos países ocidentais se tornou mais incisiva ao tratar de grupos Islamistas, classificando a maioria deles como terroristas. Os islamistas evoluíram de “*freedom fighters*”, que deveriam receber apoio, para “terroristas fanáticos”, que deveriam ser contidos, e os EUA determinaram uma diferenciação entre os regimes árabes aliados, chamados de moderados, e aqueles grupos que ameaçavam seus interesses no Grande Oriente Médio, tidos como radicais (ZEGHEL, 2002). Essa posição hostil foi incorporada na Guerra ao Terror e nas invasões do Afeganistão e do Iraque, que depuseram os governos desses dois países, desestabilizaram a região, e atraíram diversas críticas da comunidade árabe, novamente abrindo espaço para o surgimento e fortalecimento de grupos islamistas.

O Oriente Médio seguiu por essa onda de instabilidade nos anos seguintes, até que em 2011 e 2012 estourou na região a Primavera Árabe, uma série de protestos contra os governos. Inicialmente, as manifestações não possuíam conexão com o Islã e nem contavam com ideologia e líderes específicos; contudo, o Islamismo ganhou forças ao longo do período, principalmente por ter em sua história o significativo de uma ideologia de resistência política organizada contra os regimes no poder. Em países que contaram com eleições após o fim dos

protestos, os partidos islâmicos conquistaram uma grande margem de votos, tendo inclusive assumido o poder. Em nações cujos protestos se transformaram em guerra civil, os grupos Islamistas se tornaram uma das facções opositoras ao regime. Por fim, aqueles grupos cujos países não fizeram parte da Primavera Árabe também se envolveram nos confrontos vizinhos, em grande parte movidos pela ideologia universalista do Islã Político (ARAÚJO, 2013).

2.4 Conclusão parcial

O surgimento do movimento islamista data da era dos impérios, durante a qual os poderes coloniais europeus exerciam uma grande influência sobre países de maioria muçulmana. As tendências ideológicas, políticas e culturais da Europa começavam então a influenciar as sociedades do mundo e ameaçar os valores e normas das comunidades islâmicas. O Islamismo foi um produto desse ambiente, tendo nascido para responder ao secularismo ocidental por meio da incorporação da leitura literal do Islã como guia para a vida política e social. Ao longo dos séculos, com as mudanças nos desafios propostos ao movimento islamista, sua ideologia foi ganhando bifurcações, culminando em três padrões de ativismo: o Islã oficial, frequentemente aliado às elites políticas; os movimentos islamistas que mantêm certa independência do governo e que promovem a democracia como meio de participação na política e de reforma na sociedade; e grupos islamistas militantes. Mesmo dentro de cada uma dessas categorias, os grupos diferem em seus cursos de ação, sua interpretação do revivalismo islâmico, sua relação com as instituições existentes e suas táticas e estratégias.

Como resultado de sua trajetória histórica de oposição à modernidade, ao Estado no modelo europeu e ao ocidente, o Islã Político evoluiu de instrumento para a luta contra o comunismo e contra governos que prejudicavam os interesses dos EUA na região para antagonistas da civilização ocidental. Em suas manifestações contemporâneas, o Islamismo se mostra como um fenômeno global que apela para a multifacetada tradição islâmica por meio de recursos étnicos, sociais, políticos e militantes. O movimento não pode ser limitado à arena política; embora a tomada do poder seja um objetivo islamista, alguns movimentos não se voltam para esse fim.

Atualmente, as diferentes expressões do Islã Político são altamente populares nos mundos árabe e muçulmano. O Islamismo, em contraste com as autoridades religiosas aliadas ao Estado, articula uma vigorosa interpretação da doutrina islâmica que encontra ressonância na juventude e nas massas e lida com os problemas contemporâneos da *umma*. Por isso, o

movimento é um grande competidor das interpretações “oficiais” do Islã e é tratado pela maior parte da elite política no mundo muçulmano como um fenômeno perigoso a ser combatido com violência estatal (ABU-RABI', 2011).

3 O ISLÃ POLÍTICO NO SÉCULO XX: DO SURGIMENTO AO RENASCIMENTO ISLÂMICO

Para compreender o Islã Político, é necessário não apenas analisar seus paradigmas teóricos, mas também estudar como eles se manifestam na realidade. Com esse objetivo, o presente capítulo apresentará uma revisão do surgimento, atuação e evolução dos grupos islamistas do início do século XX até os anos 1980, período de gestação e consolidação dos movimentos. O enfoque será dado para grupos específicos, com algumas menções pontuais a grupos de menor proeminência. Os movimentos escolhidos para conduzir a retomada histórica foram a Irmandade Muçulmana, a República Islâmica do Irã, o Hezbollah, o Hamas, a Al-Qaeda e o Talibã. Seus desenvolvimentos particulares serão apresentados e inseridos no contexto histórico regional e internacional.

3.1 A Irmandade Muçulmana e a institucionalização e difusão do Islamismo

Como apresentado em linhas gerais no capítulo anterior, no final do século XIX o Império Otomano estava em rápido declínio, e diversos de seus territórios haviam sido tomados pelas potências coloniais europeias. Frente à crescente disseminação das instituições e valores políticos e sociais da Europa nos países de maioria muçulmana, um grupo de reformistas islâmicos passou a defender o pan-Islamismo primitivo como forma de resistência ao colonialismo europeu. Dentre esses pensadores, estavam Jamal ad-din al-Afghani e Muhammad Abduh, que pregavam que os muçulmanos, ainda que devessem adotar certas ideias ocidentais para alcançar o progresso, deveriam também formular uma resposta à hegemonia cultural e política do ocidente. Para esses reformistas, o povo islâmico deveria rejeitar as atuais autoridades islâmicas, que teriam se desviado da real mensagem do Islã, e retornar ao exemplo das primeiras gerações de muçulmanos (HUSSAIN, 2010).

Rashid Rida foi um dos expoentes que seguiu essa ideologia de reforma e expandiu-a. Ele acreditava que a fraqueza muçulmana poderia ser superada apenas por meio do retorno ao “Islã verdadeiro”, um Islã livre das influências ocidentais, como o praticado pelas primeiras gerações, e em sintonia com as necessidades da sociedade moderna. Rida publicava suas ideias e doutrinas na *Al Manar*, uma revista que atraía leitores regulares no Egito. Entre esses leitores estava Hassan al-Banna, que havia se mudado para o Cairo poucos anos antes e havia se surpreendido – negativamente – com a ocidentalização ocorrida ali. Com a *Al Manar*, al-Banna pode se familiarizar com escritos de Abduh e al-Afghani, e passou a compartilhar com

eles a preocupação com o declínio das sociedades muçulmanas em relação ao ocidente. A partir dessa perspectiva, al-Banna assumiu que o meio de reformar a sociedade era através da resistência às ideias seculares ocidentais e da promoção do Islã como ideologia política. Como forma de colocar seus planos em prática, ele criou uma organização para a reforma moral e espiritual da sociedade que recebeu o nome de *Ikhwan al-Muslimeen*, ou Irmandade Muçulmana (IM) (HUSSAIN, 2010).

A criação da Irmandade em 1928 foi um dos mais importantes marcos do Islamismo, na medida em que representou primeira articulação e organização formais do pensamento do Islã Político e dos líderes reformistas. Por esse caráter pioneiro, a Irmandade se tornou a maior, mais antiga e mais influente organização islamista, servindo de base e inspiração para os futuros movimentos, tanto no campo teórico quanto organizacional. Com sua doutrina que unia revivalismo religioso e anti-imperialismo, ideologia islâmica e ativismo político moderno, já nos seus primeiros anos a Irmandade atraiu um grande número de seguidores, principalmente das classes média e baixa da população egípcia. Nos anos seguintes, as atividades missionárias da IM se encarregaram de torná-la um movimento transnacional (TAMAYO, 2009; LEIKEN; BROOKE, 2007).

A grande motivação responsável pelo nascimento da Irmandade era o anti-ocidentalismo. Os membros da organização rejeitavam o domínio britânico, seus valores, suas tradições e seus métodos, e acreditavam que a ocupação territorial pelo ocidente e a subsequente decadência dos valores islâmicos significavam uma aniquilação e corrupção da sociedade egípcia. De acordo com essa visão, o modelo de governo democrático ocidental não apenas havia falhado, mas também havia sujeitado a população a uma tirania político-econômica. Assim, o pilar da IM era a necessidade de luta contra a *jahiliyya*, ou “era da ignorância”, termo que originalmente se referia ao período anterior ao surgimento do Islã e que passou a ser utilizado como paralelo para esse novo momento de crise no mundo muçulmano. O Islã então era tido como um sistema completo, formulado e baseado nas duas fontes primárias, o Alcorão e a Sunna, que poderia e deveria ser aplicado a todas as eras e lugares para superar a decadência (9 BEDFORD ROW, 2015).

Al-Banna declarava que “as provisões do Islã e seus ensinamentos são inclusivos, abrangendo os assuntos das pessoas nesse mundo e além [...] porque o Islã é uma fé e um ritual, uma nação e uma nacionalidade, uma religião e um Estado.” O próprio slogan da Irmandade era “o Islã é a solução” e seu *motto* instituía que “Alá é nosso objetivo, o Alcorão é nossa constituição, o Profeta é nosso líder, a *jihad* é nosso caminho e a morte em nome de

Alá é nossa finalidade”⁶ (9 BEDFORD ROW, 2015, p. 12). Dentre os objetivos da organização estavam reformar a sociedade de acordo com a Sharia e converter o Egito em um Estado Islâmico por meio da educação. As bases ideológicas da Irmandade colocavam a militância e o martírio como virtudes centrais da vida muçulmana. A verdadeira nação islâmica deveria ser construída por meio da reforma dos indivíduos, a que se seguiria a organização da sociedade de maneira a se adequar às boas práticas, e, a partir disso, teria origem o “bom Estado” (9 BEDFORD ROW, 2015).

A doutrina de Al-Banna se opunha também ao nacionalismo árabe e ao pan-arabismo, nacionalista, secular e de componentes marxistas. Para ele e seus seguidores, os governantes árabes eram apóstatas, uma vez que não seguiam os princípios do Alcorão, e, portanto, deveriam ser combatidos (VIERA, 2008). Segundo sua perspectiva, os regimes que seguiam o caminho do Islã deveriam comandar a aplicação da Sharia e deveriam assumir o objetivo de estabelecer um Estado Islâmico. As críticas da Irmandade se estendiam também à existência de partidos e do Estado-nação moderno e suas instituições, tidos como fundamentalmente anti-Islâmicos. O Estado-nação representaria uma inovação e imposição ocidental que contradizia o caráter transnacional da *umma* ao dividi-la em pequenas unidades; seguindo o mesmo raciocínio, partidos políticos eram vistos como uma forma institucionalizada de desunião (HAQQANI; FRADKIN, 2008).

Mesmo com sua retórica anti-sistêmica, a Irmandade atuava dentro das vias institucionais estabelecidas como meio para ampliar seu alcance e influência. O grupo não se recusava, contudo, a utilizar a violência para avançar e atingir seus objetivos políticos, tendo criado em 1941 o Aparato Secreto, ou *Nizam al-Khass*, uma organização militarizada que fez emergir o conceito de *jihad* de uma maneira mais prática. Além da atuação violenta fora do sistema vigente, a Irmandade realizava também projetos independentes de assistência social, tais como a construção de mesquitas, escolas, clubes, pequenas indústrias, postos de saúde, instalações elétricas, entre outros. Esses empreendimentos proviam a população de um ponto focal e, na prática, eram parte de uma estrutura estatal paralela por meio da qual as principais ideias da Irmandade poderiam ser disseminadas (9 BEDFORD ROW, 2015).

Desde sua origem a Irmandade se propôs a estabelecer um movimento Islâmico global, ou um Califado global, a partir da ideia de que “é a natureza do Islã dominar, não ser

⁶ Do original: “Allah is our objective, the Qur’an is our constitution, the Prophet is our leader, *jihad* is our path and death in the name of Allah is our goal” (9 BEDFORD ROW, 2015, p. 12).

dominado, impor sua lei sobre todas as nações e estender seu poder pelo planeta inteiro”⁷ (HOVEYDA, 2002, p. 56). Assim, após se consolidar como um dos mais importantes atores políticos no Egito nos anos 1930, a organização passou a trabalhar para construir conexões no exterior. O próprio Al-Banna se dedicou a estabelecer relações com movimentos islâmicos semelhantes no Oriente Médio, e manteve contato pessoal com diversos líderes islamistas estrangeiros. Isso, juntamente com as visitas de missionários da Irmandade a vários países, deu origem à rede internacional da Irmandade Muçulmana (9 BEDFORD ROW, 2015).

Os primeiros braços da IM começaram a emergir entre os anos 1930 e 1940, e rapidamente ganharam influência em seus respectivos países. Importantes ramificações da organização surgiram na Jordânia, Algéria, Turquia, Marrocos, Arábia Saudita, Síria, Tunísia e nos Estados do Golfo Pérsico (WIMELIUS, 2003). Nesses países, a atuação integrada à arena política por meio de partidos foi a estratégia adotada pela Irmandade Muçulmana: na Jordânia, a IM criou a Frente de Ação Islâmica; na Algéria, o Movimento da Sociedade pela Paz (MSP); no Líbano, o *Al-Jama'ah al-Islamiyya*; no Marrocos, o Partido Justiça e Desenvolvimento (PJD); na Tunísia, o Ennahda; no Kuwait, o Movimento Constitucional Islâmico. A Síria, por possuir um dos maiores ramos da Irmandade fora do Egito, foi um dos únicos países em que o grupo manteve sua identidade original (9 BEDFORD ROW, 2015).

O surgimento desses ramos, por sua vez, também inspirou o surgimento de outros grupos islamistas não diretamente ligados à IM. Talvez a mais proeminente dessas organizações tenha sido o partido *Jamaat-i-Islami* (JI, traduzido como “Assembleia Islâmica”), que surgiu na Índia Britânica em 1941 e se tornou a maior organização islamista da Ásia. Inserido no contexto de luta pela independência da metrópole europeia, seu criador, Syed Abul ala Mawdudi se inspirou nos preceitos da Irmandade Muçulmana egípcia e passou a defender o papel da *jihad* no estabelecimento do Islã como ideologia política e na disseminação dessa ideologia pelo mundo (HUSSAIN, 2010).

Para o JI, a história era uma luta contínua entre as forças do bem (Islã) e as forças do mal (*jahiliyya*). De acordo com sua doutrina, o subcontinente indiano sofria crises morais, políticas e econômicas, causadas em parte pela inaptidão dos governantes e em parte pelas influências dos imperialistas ocidentais, que atuavam controlando líderes locais, multinacionais e ONGs (WIMELIUS, 2003). Após a separação dos territórios em 1947, o partido se dividiu em três facções, uma para a Índia, uma para o Paquistão Ocidental e outra

⁷ Do original: “It is the nature of Islam to dominate, not to be dominated, to impose its law on all nations and to extend its power to the entire planet” (HOVEYDA, 2002, p. 56).

para o Paquistão Oriental. Por ter sido o Paquistão o primeiro Estado moderno a ser criado com base no caráter muçulmano de sua população, o JI passou a trabalhar para a transformação do país em um Estado Islâmico (HUSSAIN, 2010). Como meio de atuação para alcançar seu objetivo, desde o começo a organização se comprometeu com o governo parlamentar e o processo eleitoral, seguindo as vias institucionais estabelecidas, além de atuar por meio da provisão de serviços sociais (AYOOB, 2004).

Percebe-se então que a Irmandade Muçulmana possuía uma capacidade de alcance transnacional direto e indireto. De maneira geral, a disseminação da IM e de sua ideologia foi bastante rápida: em 1929 existiam 4 braços da organização; em 1931, havia 10; em 1939, o número subiu para 300; em 1940 havia 500 braços; e, por fim, no final da década de 1940, o número já alcançava 2000 (9 BEDFORD ROW, 2015). O grande estimulador dessa aceleração da expansão no final dos anos 1940 foi a declaração de independência do Estado de Israel em 1948 e a subsequente guerra Árabe-Israelense, que opôs o novo país aos Estados da Liga Árabe. Por ser considerada uma grande agressão ao mundo árabe e muçulmano, a criação de Israel desencadeou uma resposta ampla da região, incluindo da Irmandade Muçulmana, que enviou voluntários para atuar no conflito.

Anteriormente, a IM já havia prestado apoio aos palestinos, realizando projetos de propaganda, enviando ajuda financeira, suprimentos e equipamentos para o território na ocasião da Grande Greve Árabe de 1936, e expedindo missionários para inspirar a resistência ao Sionismo e prover suporte técnico e militar à população. A instituição oficial do Estado israelense, contudo, fez com que a Irmandade assumisse mais fortemente a causa palestina, o que resultou no surgimento do ramo local da IM (9 BEDFORD ROW, 2015). Com sua participação ativa no conflito, a IM conseguiu atrair a atenção de parcela da população, que viu no movimento islamista uma organização preocupada com a defesa do povo muçulmano. A derrota das forças árabes no conflito, adicionalmente, contribuiu para um sentimento de humilhação e para a insatisfação com os regimes, para os quais a ideologia do Islã Político propunha soluções.

Todavia, apesar dos avanços externos, o ano de 1948 trouxe também incidentes nacionais que afetaram negativamente a Irmandade Muçulmana. As tensões entre a população e a monarquia egípcia atingiram seu ápice naquele ano, culminando em greves, demonstrações nacionalistas e violência. Nesse cenário, o Primeiro Ministro Nukrashi e líderes do governo se tornaram cada vez mais preocupados com o aumento da popularidade da IM, que, acreditavam eles, iria se valer da instabilidade interna e de seu crescente poder para orquestrar um golpe. A reação do Estado se manteve cautelosa até que dois

acontecimentos desencadearam uma resposta mais agressiva: o assassinato de Nukrashi por um membro da IM e o atentado à bomba a um tribunal do Cairo realizado pelo Aparato Secreto. A partir desses eventos, um decreto governamental confiscou os bens e ativos da organização e o regime iniciou uma resposta repressiva (HUSSAIN, 2010; 9 BEDFORD ROW, 2015).

3.2 Repressão, Sayyid Qutb e o fracasso do nacionalismo

Em 1949 a situação da IM se deteriorou ainda mais devido ao assassinato de al-Banna e à perseguição agressiva do governo a membros da Irmandade. A partir de então, a organização se dividiu entre membros que passaram a defender a moderação e a atuação por dentro do sistema, com o objetivo de conquistar aceitação do regime, e membros que defendiam uma postura mais violenta e assertiva de não-cooperação com o Estado. A liderança da IM, na figura de Hasan al-Hudaybi, apontado para ocupar o cargo de al-Banna em 1951, seguiu a tendência moderada (BROWN, 2000).

Mesmo adotando a abordagem da moderação, a Irmandade viu na insatisfação popular com o governo pró-ocidente uma oportunidade. Na esteira dos novos desenvolvimentos, a organização apoiou o Movimento dos Oficiais Livres, que planejava um golpe no regime, com a esperança de que, quando tomassem o poder, os Oficiais instituísem uma ordem política e jurídica islâmica no Egito. Em 1952, o Movimento foi vitorioso e seu líder, Gamal Abdel Nasser, assumiu o cargo de Primeiro Ministro adjunto e instituiu a república. Entretanto, logo ficou claro que Nasser e o novo regime não tinham a intenção de promover a islamização da sociedade. Insatisfeita, a Irmandade passou a defender ações radicais do Aparato Secreto contra o governo (LEIKEN; BROOKE, 2007).

Enquanto a Irmandade enfrentava dificuldades, na Palestina Taqiuddin al-Nabhani se inspirava no movimento para instituir o *Hizb ut-Tahir* (HT, traduzido como “Partido da Libertação”). A criação do Estado de Israel e o aumento da influência ocidental na região estimularam-no a criar o partido político com o objetivo de estabelecer um supra-Estado Islâmico. Dentre os principais desenvolvimentos da organização estavam a produção de uma constituição detalhada para um futuro Estado Islâmico formado por todas as nações muçulmanas, delimitando como se estruturariam seus sistemas social, político, judicial e econômico. Para al-Nabhani, o Islã não era uma religião, mas sim uma ideologia política que pré-definia como governos deveriam ser estruturados e comandados. Enquanto a IM falava

em termos vagos de uma futura “governança islâmica”, o HT cristalizava essas ideias em um programa detalhado (HUSSAIN, 2010).

No Egito, a situação ficava cada vez mais crítica. Em 1954 Nasser, agora Primeiro Ministro, concluiu um acordo com a Grã-Bretanha sobre a evacuação de tropas britânicas do Canal de Suez e sobre o status do Sudão. Por se tratar de um pacto com a antiga potência colonial, muitos membros da IM se opuseram às negociações, aumentando sua violência (BROWN, 2000). A radicalização da Irmandade culminou em uma tentativa de assassinato de Nasser em 1954. Como consequência, a repressão à organização endureceu, e Nasser ordenou sua dissolução e o encarceramento de seus líderes. Muitos membros conseguiram fugir para o exterior, onde se focaram em construir e fortalecer as células estrangeiras da Irmandade. Seu principal destino foi a Arábia Saudita, país que intencionalmente ofereceu refúgio aos integrantes da organização (COSTA, 2010). A partir desse fluxo migratório, o wahabismo entrou em contato com o herdeiro egípcio do pensamento salafista, e a junção dessas visões ultraconservadoras e puritanas culminou no surgimento do jihadismo takfiri, que prega a guerra santa também contra muçulmanos considerados infiéis (HUSSAIN, 2010).

Aqueles membros da Irmandade que não conseguiram escapar iniciaram novas discussões mesmo aprisionados, e encontraram em Sayyid Qutb um guia espiritual. As ideias de Qutb já estavam em gestação desde períodos anteriores, mas foi com a publicação de seus livros durante sua passagem pela prisão que elas atingiram um maior número de pessoas. Sua desaprovação da sociedade anglo-saxã e da influência ocidental no Cairo, sua experiência na Irmandade e a tortura que sofreu nas mãos do Estado egípcio influenciaram-no profundamente, levando-o a expressar uma posição radicalmente anti-secular e anti-ocidental com base em uma interpretação do Islã (HUSSAIN, 2010).

Retomando as ideias dos primeiros islamistas, Qutb afirmava que as sociedades muçulmanas haviam retornado para o período de ignorância pré-islâmica, visto que não utilizavam a religião em todos os aspectos da vida (HUSSAIN, 2010). Uma vez que o mundo tinha duas escolhas, o Islã ou a *jahiliyya* (era da ignorância), e aqueles que não escolhessem o Islã deveriam ser considerados *Kafirs*, ou infiéis, haveria então uma justificativa Corânica para atacar líderes árabes seculares que não comandavam os países de acordo com a Sharia. Em seu livro, *Milestones*, escrito na prisão, Qutb advogava a *jihad* para combater regimes repressivos e seculares e defendia o Takfirismo, prática de declarar outro muçulmano como apóstata. Nessa perspectiva, os torturadores e o regime de Nasser eram alvos legítimos da guerra santa (LEIKEN; BROOKE, 2007).

A partir da nova perspectiva oferecida por Qutb, a divisão já existente entre membros moderados e radicais da IM se agravou. Vários defensores do Takfirismo saíram da organização e formaram grupos jihadistas independentes, enquanto a elite dirigente do movimento continuou defendendo o comedimento. Os líderes da Irmandade passaram a alegar que a democracia era compatível com sua noção de islamização, chegando a assumir que a *umma* era a fonte da autoridade política – contrariando a crença original do Islã de que toda e qualquer autoridade emana de Alá e somente Dele. Em uma nova tentativa de se reerguer, conquistar apoio e se popularizar, a Irmandade realizou alianças com secularistas, nacionalistas e liberais (LEIKEN; BROOKE, 2007).

Enquanto isso, no Paquistão, o *Jamaat-i-Islami* se engajava na política, defendendo a adoção da lei islâmica e participando de eleições. Os esforços do grupo tiveram importantes resultados quando, em 1956, a nova Constituição nacional alterou o nome do país para República Islâmica do Paquistão e incluiu em seu texto a Resolução de Objetivos de 1949, que definia um teor islâmico à estrutura política ao afirmar que a soberania “pertencia apenas ao todo poderoso Alá e à autoridade que Ele delegou ao Estado do Paquistão, por meio do povo”⁸ (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2011, p. 3). Contudo, mesmo com essa vitória, os islamistas permaneceram excluídos de uma maior influência na agenda política no Paquistão, e os grupos encontraram vários problemas com os governos (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2011).

A situação da Irmandade Muçulmana era semelhante. Mesmo com suas tentativas de inserção no sistema, a organização continuou alvo de agressivas perseguições do governo. Após mais de uma década na prisão, Qutb foi executado em 1966 pelo regime egípcio sob acusações de propagar o radicalismo islâmico e a violência política (SCHANZER, 2002). Após sua execução, uma nova onda de ativistas da IM fugiu do Egito, buscando refúgio na Arábia Saudita e em outros Estados do Golfo. Entre esses refugiados estava Muhammad Qutb, irmão de Sayyid Qutb. Na Arábia Saudita, Muhammad se tornou professor universitário e utilizou sua posição para publicar e divulgar o trabalho do irmão. Suas aulas e palestras eram assistidas por diversos jovens, dentre os quais Osama bin Laden, que posteriormente se tornaria líder de uma das principais organizações islamistas do mundo (HUSSAIN, 2010).

Em 1967, o cenário geopolítico no Grande Oriente Médio sofreu um choque quando Israel lançou uma ofensiva contra tropas egípcias, dando início à Guerra dos Seis Dias contra

⁸ Do original: “belong to Allah Almighty alone and the authority which He has delegated the State of Pakistan, through its people” (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2011, p. 3).

Egito, Síria, Iraque e Jordânia. Tendo o apoio dos Estados Unidos e da Europa no conflito, Israel conquistou rapidamente a península do Sinai, Jerusalém, a Cisjordânia e as colinas de Golã, se mostrando militarmente muito superior aos seus oponentes. A veloz derrota dos Estados árabes no confronto e a posterior intensificação da crise econômica, da deterioração das condições de vida da população, da pobreza e da fome no Oriente Médio levaram ao colapso do nacionalismo árabe, do comunismo e do secularismo, tanto como movimentos de massas quanto como ideologias para o povo. Para os muçulmanos, essas doutrinas haviam se mostrado incapazes de garantir o bem-estar da população e de fazer frente à Israel e ao ocidente (VISENTINI, 2014). Consequentemente, muitas pessoas se voltaram para o Islã e para o Islamismo, uma ideologia bem difundida entre a população árabe e que parecia ser a única e mais autêntica resposta aos paradigmas trazidos de fora. Essa situação acabou por beneficiar o surgimento de muitos novos movimentos políticos islâmicos (ARAÚJO, 2013; VIERA, 2008).

Esse novo cenário provocou reações diversas dos regimes e dos grupos existentes. Na Líbia, Muammar Gaddafi assumiu o poder com uma política que objetivava elevar à constituição a ortodoxia islâmica e manter as atividades islamistas sob o controle do Estado, por meio da repressão a alguns grupos e do financiamento de operações terroristas de outros contra o que era percebido como o ocidente imperialista (SCHANZER, 2002). No Paquistão, enquanto o presidente Zulfikar Ali Bhutto afirmava que “nossa fé é o Islã, nossa forma de governo a democracia e nossa economia o socialismo”⁹ (ZAPATA, 2004, p. 112), o JI, após fraco desempenho nas eleições para a Assembleia Nacional, adotava uma nova estratégia, atuando prioritariamente em questões sociais por meio vias institucionais e extraoficiais (ZAPATA, 2004; WIMELIUS, 2003). No Egito, o novo presidente, Anwar Sadat, acreditando que a Irmandade Muçulmana havia renunciado à violência, soltou os líderes da organização que permaneciam presos e permitiu o retorno de expoentes do Aparato Secreto ao país. Uma vez de volta, esses indivíduos iniciaram uma nova série de recrutamentos, se aproveitando da desilusão da população com o nacionalismo árabe e de seu renovado interesse no Islamismo (9 BEDFORD ROW, 2015).

O fortalecimento do Islamismo demandava novas respostas e uma reestruturação da política na região. De maneira geral, pode-se afirmar que as reações à nova conjuntura foram diversas: alguns regimes tentaram cooptar ou competir com islamistas, projetando-se como

⁹ Do original: “Nuestra fe es el Islam, nuestra forma de gobierno la democracia y nuestra economía el socialismo” (ZAPATA, 2004, p. 112).

comprometidos com o Islã, enquanto outros tentaram suprimir grupos islamistas por meio da coerção e da perseguição; alguns grupos conseguiram se fortalecer e sair da clandestinidade, enquanto outros passaram a agir de maneira paralela por vias não-institucionalizadas. Em 1973, a guerra de Yom Kipur deu outro impulso a esse cenário. Egito e Síria atacaram Israel em uma tentativa de recuperar os territórios perdidos em 1967, mas mais uma vez sofreram uma dura derrota. Para muitos muçulmanos, a vitória israelense foi decorrência direta da coesão de Israel em torno de sua própria religião e significou nova derrota do nacionalismo pan-arabista (ZAPATA, 2004; VISENTINI, 2012). As negociações dos acordos de Camp David entre Egito e Israel, que se estenderam até 1978, foram consideradas uma traição por parte dos regimes. Os movimentos islamistas continuaram então se fortalecendo, e foi nessa década que seus principais e mais conhecidos grupos surgiram.

3.3 O ressurgimento islâmico dos anos 1970 e os conflitos regionais

Em 1979 ocorreu um dos mais importantes eventos do século XX: a Revolução Iraniana ou Revolução Islâmica do Irã, que instituiu uma teocracia xiita como regime. Para compreendê-la, é necessário contextualizar, de maneira geral, seu desenvolvimento, iniciado décadas antes. Em 1953, os EUA comandaram um golpe militar no Irã contra o governo nacionalista de Mohammad Mosaddeq, colocando o Xá Mohammad Reza Pahlevi no poder. O novo governante, com o apoio estadunidense, instituiu então um programa de modernização conhecido como “Revolução Branca”, e complementou-o com intensivas propagandas secular-nacionalistas e anti-islâmicas, que provocaram o antagonismo dos ulemás iranianos. A partir daí, o quadro religioso, liderado pelo Aiatolá¹⁰ Khomeini, iniciou o *ehyay-e fekr-e dini* (revivamento da religião), pregando a reforma do pensamento religioso tradicional e do sistema de valores sociais e defendendo a reestruturação da política e cultura iranianas. Esse segmento da ulemá estabeleceu uma rede nacional para propagar as ideias e projetos de Khomeini, com o objetivo de estabelecer uma ideologia que resistisse à expansão dos valores seculares e da influência ocidental. A “ressureição do Islã” contou também com o apoio de uma nova geração da *intelligentsia* islâmica, que contribuiu para o desenvolvimento doutrinário e para a propagação do Islã Político, mobilizando diversos grupos sociais (AMINEH; EISENSTADT, 2007; VISENTINI, 2014).

¹⁰ Aiatolá é um alto título da hierarquia religiosa de muçulmanos xiitas, concedido àqueles que possuem grande conhecimento religioso dentro da doutrina islâmica.

A robusta renda do petróleo dava ao governo iraniano grande autonomia frente às forças sociais e o distanciava da identidade cultural nacional, componente extremamente importante para a população. Os ulemás então aproveitaram a oportunidade e tomaram as rédeas do conseqüente descontentamento popular: compreendendo a importância da religião para a sociedade, Khomeini, que estava exilado na Turquia após comandar uma revolta nacional em 1963, proveu o Irã de um “mito nacional” que clamava pela expulsão do Xá, do secularismo e do imperialismo ocidental, ideias em torno das quais a revolução se cristalizou (GHODS, 1989). Ao introduzir conceitos como “ocidentalização” e “volta ao Islã”, os revolucionários romantizaram as tradições para confrontar a modernização e a modernidade, propagando o Islã como ideologia política com um sistema legal, econômico e social próprios. A religião, de acordo com eles, poderia criar uma sociedade igualitária, dar um fim ao despotismo, garantir liberdade, justiça e direitos humanos, e obstruir a presença do capitalismo e do imperialismo no Irã, protegendo a independência do país (AMINEH; EISENSTADT, 2007).

A insatisfação popular com o governo do Xá e com a crise econômica e social escalou até 1978, quando uma série de protestos deu início a um ciclo ascendente de violência e repressão. Reza Pahlevi tentou negociar alterações no governo, mas a maioria da população já era leal a Khomeini. Quando o Aiatolá pediu o fim completo da monarquia em 1979, o Xá foi forçado a abandonar o país. Retornando do exílio, Khomeini instituiu então a República Islâmica do Irã (VISENTINI, 2012).

Duas linhas gerais de atuação guiaram a política iraniana no pós-revolução. A primeira, resumida no slogan “nem leste, nem oeste, mas sim a República Islâmica”, estabelecia o objetivo de resistir à influência cultural ocidental e enfatizar a identidade muçulmana por meio da oposição ao ocidente e a tudo que fosse considerado ocidental. A segunda dizia respeito a “exportar a revolução”. Os novos governantes acreditavam que a revolução iraniana era um exemplo que deveria ser seguido por outros povos do Oriente Médio; por isso, buscavam estimular revoluções em outros países através de discursos, de auxílio financeiro e de ação direta. Na região, essas linhas gerais se traduziam em uma postura mais agressiva frente a Israel e no suporte a movimentos de resistência com objetivo de derrubar governos pró-ocidentais e seculares. O apoio a movimentos islâmicos no exterior era um tópico estratégico para a elite política iraniana, uma vez que era um meio de projetar poder, simultaneamente fortalecendo a posição doméstica e a posição nacional frente a Israel e os EUA, ambos hostis ao Irã (RAKEL, 2007).

Mesmo que a Revolução Iraniana tenha sido um movimento pacífico (a violência partiu da repressão do governo), seu desfecho viu uma escalada na instabilidade na região. Ainda em 1979, o mundo foi apresentado à violência islamista por dois grandes acontecimentos: a tomada da embaixada americana em Teerã e o cerco à Grande Mesquita de Meca. Enquanto o primeiro ataque foi realizado por iranianos que apoiavam a revolução, o segundo foi trabalho de wahhabitas sauditas que queriam desestabilizar o reino, e ambos desencadearam diversos protestos antiamericanos em países de maioria muçulmana. Como resultado dessa nova onda de agressões e hostilidade, os EUA moveram um batalhão para o Golfo Pérsico para proteger seus interesses na região (HUSSAIN, 2010).

A movimentação de tropas estadunidenses alarmou os soviéticos, que, no auge da Guerra Fria, temiam ameaças à sua própria posição no Oriente Médio, em especial no Afeganistão, que passava por uma guerra civil. O governo afegão do Primeiro Ministro Hafizullah Amin havia ascendido ao poder por meio de um golpe apoiado pela URSS, que tinha interesse em manter laços próximos com o Afeganistão para garantir os benefícios advindos de um aliado com posição estratégica na Ásia Central. A influência soviética no governo de Amin e as reformas de cunho comunista adotadas pela administração, contudo, desagradavam a população conservadora, que as via como estrangeiras e não-Islâmicas. A partir dessa insatisfação, diversos grupos de mujahidin, guerrilheiros guiados por princípios islâmicos para a *jihad*, surgiram para resistir e para derrubar o governo, conduzindo o país a um conflito. Preocupada com o cenário, que ampliava a vulnerabilidade afegã à influência iraniana e ocidental, a URSS enviou tropas dar suporte ao regime comunista de Amin. Os mujahidin consideraram a atitude soviética uma invasão, e desencadearam uma *jihad* contra o ocupante externo (HUSSAIN, 2010).

Em pouco tempo, a guerra tomou proporções globais. EUA e Reino Unido passaram a ver o Afeganistão como novo front da Guerra Fria e começaram a suprir armamentos, financiar e treinar os mujahidin, estimulando seus Estados clientes do Paquistão e da Arábia Saudita a fazerem o mesmo (AHMED, 2002). Uma vez que o Paquistão enxergava o Afeganistão como possível proxy para conter a influência indiana, o país entrou ao lado dos EUA no fornecimento de ajuda aos combatentes, chegando a revitalizar as madrasas¹¹ em seu território para servir como locais de recrutamento e formação dos mujahidin (HUSSAIN, 2010; BLANCHARD, 2005). A Arábia Saudita, por sua vez, interessada em combater regimes nacionalistas apoiados pela URSS, acalmar a oposição interna de grupos que

¹¹O termo madrasa é utilizado para se referir a qualquer instituição de ensino que promova um currículo baseado no Islã (BLANCHARD, 2005).

clamavam por maior ativismo islâmico e conter a militância xiita e a crescente liderança iraniana, estimulava os mujahidin por meios logísticos e missionários, promovendo as ideias ultraconservadoras do Wahhabismo (COSTA, 2010).

Muitos dos voluntários da *jihad* global pertenciam a grupos de oposição que eram reprimidos em seus países de origem. Para eles, o Afeganistão, através das madrasas e da atuação direta no conflito, se apresentava como uma oportunidade de doutrinação, desenvolvimento de táticas, recrutamento e aquisição de experiência militar, que lhes daria os instrumentos para regressar às suas nações e combater os regimes domésticos. Nesse cenário de conflito e envolvimento externo, a corrente salafista jihadista encontrou espaço e incentivo para se desenvolver. Tomando a liderança dessa corrente de pensamento, o palestino Abdullah Azzam passou a propagar o uso da violência em nome da religião, defendendo a islamização da sociedade por meios autoritários. O terrorismo, para os mujahidin, passou então a ser considerado um meio legítimo e necessário para re-islamizar o mundo e derrubar os regimes apóstatas (COSTA, 2010).

Enquanto o conflito afegão se agravava, o Oriente Médio presenciou o início de outra importante guerra. Em 1980, o governo do Iraque, como meio de conter a influência iraniana sobre xiitas e curdos iraquianos, tomar controle sobre as reservas de petróleo do Golfo Pérsico e resolver questões territoriais pendentes na fronteira com o Irã, decidiu ordenar a entrada de suas tropas no território iraniano, aproveitando a vulnerabilidade pós-revolução do país. O ocidente forneceu apoio aos iraquianos na esperança de que o engajamento militar conseguisse enfraquecer a atuação do Irã e de seus ideais fundamentalistas na região. Os Estados do Golfo, por sua vez, também forneceram suporte, dado que Teerã provia apoio a organizações xiitas que atuavam no Golfo Pérsico, no Líbano, no Afeganistão e no Paquistão (VISENTINI, 2012).

Em 1981, foi a vez de uma crise interna chamar a atenção da região. No Egito, o clima de instabilidade era bastante grande. Como já mencionado, após a assinatura do acordo de Camp David pelo presidente Anwar Sadat, movimentos nasseristas e islamistas passaram a considerá-lo um traidor. A insatisfação da população com o regime apenas agravou-se com o fracasso dos programas econômicos e sociais, a corrupção governamental, o aumento do desemprego e a ampliação da desigualdade social que assolavam o país. Aos poucos, o governo perdeu legitimidade e Sadat, em uma resposta à agitação crescente no país, prendeu vários de seus opositores políticos, muitos dos quais eram islamistas. A crise escalou até que

Sadat foi assassinado por militantes do *Tanzim al-Jihad* (traduzido como Jihad Islâmica), que o viam como um “traidor do Egito, do mundo árabe e do Islã”¹² (JAMES, 1996, p. 35).

O sucessor de Sadat, Hosni Mubarak, sofreu com a continuidade e a deterioração da situação interna. Enquanto anteriormente a oposição ao governo vinha de grupos islamistas “tradicionais” como a Irmandade Muçulmana, agora a ameaça vinha dos fallahin, cidadãos de segunda classe do sul do país que, não contemplados pelas reformas e programas sociais que privilegiavam o norte, se voltaram para o *Al-Gama'a al-Islamiyya* (traduzido como Grupo Islâmico), a principal organização islamista no território. O *Al-Gama'ah* havia surgido nos anos 1960 como uma organização estudantil afiliada à Irmandade Muçulmana, mas se desligou do grupo nos anos 1970 por considerar que a IM estava adotando posturas muito moderadas. Com o apoio dos fallahin e com conexões próximas com o *Al-Jihad*, que ganhou força após o assassinato de Sadat, o *Al-Gama'ah* se tornou a maior e mais ativa organização islamista radical operando no Egito. Nesse contexto, o governo de Mubarak optou por responder à radicalização e ao fortalecimento dos islamistas com severa repressão (JAMES, 1996; PLETHI, 2011).

Em 1982, um novo conflito regional teve início quando Israel invadiu o sul do Líbano com o objetivo de aniquilar o grupo de refugiados palestinos membros da OLP¹³ lá atuantes. O Líbano, que enfrentava uma guerra civil desde 1975, viu a agressão israelense transformar a disputa nacional em uma questão de interesse regional. Quando o Irã passou a criticar abertamente a ofensiva de Israel, clamando por ação, os sírios utilizaram a oportunidade colocar em prática a aliança estratégica com os iranianos para resistir aos israelenses. Khomeini enviou ao Líbano, com o auxílio logístico e militar da Síria, expedições da Guarda Revolucionária Iraniana para exportar a revolução ao território libanês. Lá, a Guarda armou e treinou um grupo de resistência xiita atuante no sul do Líbano, dando origem ao Hezbollah (traduzido como Partido de Deus), criado para lutar contra a ocupação israelense e transformar o Estado libanês numa república islâmica semelhante à iraniana (KENNEDY, 2009; CARRERAS, 1991). Juntos, Irã, Síria e Hezbollah passaram a formar o “eixo da resistência”, sendo o grupo libanês o instrumento por meio do qual o Irã e a Síria poderiam conter Israel indiretamente (HOLMQUIST, 2015).

Alguns anos depois, as ações israelenses desencadearam o nascimento de outro grupo islamista, dessa vez em território palestino. Em 1987, estourou na Faixa de Gaza a Primeira

¹²Do original: “a traitor to Egypt, to the Arab world, and Islam” (JAMES, 1996, p. 35).

¹³A Organização para a Libertação da Palestina (OLP) foi criada nos anos 1960 como um movimento político e paramilitar para combater Israel. Formada por diversas facções, em 1974 a OLP foi reconhecida pela Liga Árabe como única representante legítima da Palestina (VISENTINI, 2012).

Intifada, uma série de protestos contra a ocupação israelense, que já se estendia por duas décadas. Na ocasião, milhares de palestinos realizaram atos de resistência e desobediência civil, que foram reprimidos com violência pelo exército de Israel. A Irmandade Muçulmana palestina, que atuava no território desde os anos 1960, restringindo suas atividades a serviços sociais, educacionais e de caridade, estabeleceu então um braço político, o Movimento Islâmico de Resistência, ou Hamas, para participar da revolta e lutar contra as forças israelenses. Até então não-confrontacional, a IM assumiu com o Hamas uma posição mais agressiva. O novo grupo derivava sua legitimidade dessa conexão com a Irmandade Muçulmana egípcia e, no artigo 2 de sua Carta Fundadora (1988) se definia como um dos braços da Irmandade Muçulmana na Palestina (AYOOB, 2004).

O Hamas buscava inspiração não apenas na IM, mas também na revolução iraniana e no Hezbollah para conter os israelenses e criar um Estado Islâmico na Palestina. Para o grupo, a luta armada e *jihad* contra Israel eram legítimas. Seguindo esses princípios, o Hamas não abdicava da violência em suas operações e se recusava a negociar com os israelenses, chegando a criticar a OLP quando esta se dispunha a debater com Tel Aviv. (MIRAULT, 2010; ROBERTO; MELOS, 2014). O movimento conquistou apoio popular por meio da construção de redes de serviços sociais, educativos e sanitários voltados à resolução e alívio da situação de miséria em que se encontravam centenas de milhares de palestinos. Para a população, o Hamas era a única organização capaz de expulsar os colonos de Gaza e conseguir avanços políticos no conflito com Israel, crença estimulada pelo embasamento da organização no fervor islâmico (TAMAYO, 2009).

3.4 A situação pós-conflitos e a criação da Al-Qaeda e do Talibã

Em 1988 se encerrou a guerra entre Irã e Iraque. Ainda que ambos os países tenham saído do confronto destruídos, o Iraque havia consolidado sua posição como bastião americano para a contenção do Irã. Nesse cenário de fragilidade, a que se somou a morte de Khomeini em 1989, o enfraquecimento da URSS e o aumento da presença americana na região em vistas do aumento das tensões entre Iraque e Kuwait, o então presidente iraniano Ali Akbar Hashemi Rafsanjani não quis dar continuidade à política externa do pós-revolução. A partir de então, a postura confrontacional do Irã frente ao ocidente se alterou, principalmente pelo interesse estratégico em recomeçar seu programa nuclear com o apoio do Paquistão e da Rússia e pela necessidade de apoio externo financeiro e técnico para reconstruir o país. Ainda assim, por influência do novo Aiatolá Ali Khamenei, a política

iraniana permaneceu baseada no Islamismo e não-alinhada, e o país estendeu seu suporte para grupos islamistas no Sudão, na Argélia, na Palestina, na Jordânia, na Tunísia, no Egito, na Bósnia e nas Filipinas, entre outros (RAKEL, 2007; VISENTINI, 2014).

Em 1989 as tropas soviéticas se retiram do Afeganistão. No decorrente vácuo de poder no país após o fim da guerra, as diferenças entre os grupos que haviam lutado em conjunto contra a URSS se evidenciaram, e o país se tornou cenário para a disputa entre as milícias que lá permaneceram. Alguns mujahidin, porém, escolheram retornar a seus países de origem, onde passaram a se opor à moderação dos partidos islamistas lá existentes e apoiar grupos radicais e violentos (TAMAYO, 2009). Tirando proveito de sua experiência na luta contra os soviéticos e da piora nas condições sociais, políticas e econômicas do Grande Oriente Médio, os movimentos islamistas estimulados pelos mujahidin ganharam cada vez mais legitimidade, poder e prestígio, na medida em que suas redes estabelecidas eram consideradas eficazes e duradouras, enquanto o Estado se mostrava ineficiente, corrupto e autoritário. O slogan “o Islã é a solução”, assim, se fortalecia (VIEIRA, 2008).

Nesse cenário de dispersão, Osama bin Laden, um saudita, e Ayman al-Zawahiri, egípcio líder do grupo *Tanzim al-Jihad*, utilizaram-se de suas fortuna familiar e experiência militante para criar sua própria organização, que recebeu o nome de Al-Qaeda (traduzido como a Base). O novo grupo era uma organização de decisão centralizada e execução descentralizada, funcionando apenas como um facilitador e orquestrador de operações de militantes islamistas espalhados pelo globo, provendo-os de acesso a informação, treinamento e recursos e conectando-os em uma rede internacional (SCHANZER, 2002). Devido a isso, a Al-Qaeda não apenas reuniu jihadistas takfiris afegãos, como também atraiu militantes de outras regiões que se interessavam no treinamento e na logística organizada pela liderança do movimento.

Uma vez que muitos dos líderes da Al-Qaeda haviam sido membros destacados da rede internacional da Irmandade Muçulmana, as bases teóricas da IM tiveram influência na doutrina da nova organização (KRAMER, 2007). A grande inspiração ideológica da Al-Qaeda, assim como dos mujahidin em geral, eram os ensinamentos jihadistas de Sayyid Qutb, que apontava os governos muçulmanos como regimes ilegítimos que incorporavam aspectos e políticas ocidentais contrários à vontade de seu próprio povo, e os colocava como alvos legítimos da *jihad* (ROBERTO; MELOS, 2014). De maneira mais direta, o responsável pela difusão do Qutbismo entre os jihadistas foi Abdullah Azzam, ele mesmo um expoente da Irmandade Muçulmana e mentor palestino de bin Laden. A partir de Qutb, Azzam formulou

uma teoria que justificava uma guerra contínua e de baixa intensidade realizada por mujahidin dispersos, com o objetivo de estabelecer um Estado Islâmico (AHMED, 2015).

No contexto da invasão soviética, as doutrinas de Azzam foram amplamente divulgadas, inclusive com o apoio da USAID, pela Direção de Serviços Afegãos, que recrutava, financiava e treinava os jihadistas atuando no país (AHMED, 2015). Para o pensador, a derrota soviética permitiria o estabelecimento de um Estado Islâmico no Afeganistão e conduziria à *jihad* para a libertação de outros países de maioria muçulmana (HUSSAIN, 2010). A partir das perspectivas de Qutb e Azzam, os objetivos declarados da Al-Qaeda foram definidos como remover a presença e influência ocidental do mundo muçulmano e destruir os EUA, considerados os inimigos primordiais do Islã; remover do poder governos apóstatas e corruptos; criar um califado pan-islâmico governado pela Sharia; e estimular esforços jihadistas pelo mundo (9 BEDFORD ROW, 2015; SHANZER, 2002).

As atividades da Al-Qaeda não eram o único fator desestabilizador no Afeganistão. Ainda que a guerra contra a URSS tivesse acabado, os EUA e o Reino Unido continuaram a apoiar grupos no Afeganistão para conter a atuação da Rússia e da China na Ásia Central e nos Balcãs e ampliar a influência ocidental na região. O Paquistão, a Arábia Saudita e várias organizações e entidades do Golfo Pérsico também continuaram dando apoio a movimentos afegãos que acreditavam servirem a seus interesses. O grupo escolhido para receber o auxílio externo era formado por Pachtun e Deobandis¹⁴ que haviam estudado e treinado nas madrasas e estavam envolvidos na luta pelo controle do país. Conhecido como Talibã, o grupo era comandado pelo ex-mujahid Mullah Umar, que havia recebido apoio do Serviço de Inteligência Paquistanes e mantinha bom relacionamento com a Al-Qaeda. A diferença fundamental entre o Talibã e a Al-Qaeda era que, enquanto a organização de bin Laden pregava uma atuação transnacional, o Talibã não era expansionista, querendo apenas estabelecer um Emirado Islâmico no Afeganistão comandado por uma interpretação ultra-ortodoxa da Sharia (HUSSAIN, 2010; BLANCHARD, 2005). Assim, a atuação dos talibãs se restringia a uma agenda exclusivamente nacional, interessada em combater a fragmentação, a criminalidade e a luta entre senhores de guerra após a retirada soviética. Todavia, essa diferença de objetivos não impedia os grupos de manterem uma relação próxima e se apoiarem financeiramente e militarmente (COSTA, 2010).

¹⁴Os pachtun são um grupo etnolinguístico localizado no sul e no leste do Afeganistão. Os deobandis, por sua vez, são adeptos do movimento revivalista islâmico sunita chamado Deobandi.

3.5 Conclusão Parcial

A institucionalização do Islamismo em 1928, por meio da formação do movimento religioso e social chamado Irmandade Muçulmana, foi determinante para o desenvolvimento e cristalização da ideologia do Islã Político nas décadas seguintes. Não apenas a nova organização estruturou uma expressão prática da doutrina islamista, como também forneceu as bases para o surgimento de outros movimentos no Grande Oriente Médio ao difundir seus preceitos organizacionais e ideológicos por meio de intensivas atividades missionárias.

A fórmula de atuação política combinada com provisão de serviços sociais da Irmandade foi utilizada como esquema primordial por basicamente todos os movimentos que se seguiram. A ideologia dos diversos grupos também seguiu a mesma base de crítica à influência ocidental desmedida e busca de retorno aos textos sagrados do Islã. O que diferenciou as manifestações islamistas no século XX foi, portanto, sua inserção nos cenários domésticos e a presença de agitações, crises e conflitos nacionais e internacionais, ambos fatores que moldaram suas abordagens (mais moderada ou mais radical, de abstenção do sistema político tradicional ou de formação de partidos políticos, etc.), seus objetivos e sua relação com as massas.

No geral, os principais eventos que ajudaram a talhar o Islã Político nesse primeiro momento foram a criação do Estado de Israel (1948), a derrota árabe na Guerra dos Seis Dias (1967), a Invasão do Afeganistão pela URSS (1979) e a crise econômica que assolou a região nos anos 1970. Emergindo dessa conjuntura, entre os anos 1940 e 1990, *Jamaat-i-Islami*, República Islâmica do Irã, Hezbollah, Hamas, Al-Qaeda e Talibã, entre outros, se seguiram à Irmandade (e se inspiraram nela), lançando suas bases, interagindo com os desenvolvimentos históricos regionais, e alcançando uma posição consolidada no cenário político local e internacional.

4 O ISLÃ POLÍTICO NA ATUALIDADE: DOS ANOS 1990 ATÉ A SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

No capítulo anterior foram abordadas as trajetórias da Irmandade Muçulmana, da República Islâmica do Irã, do Hezbollah, do Hamas, da Al-Qaeda e do Talibã entre o período que se estende do final dos anos 1920 até o final dos anos 1980. O presente capítulo dará continuidade à revisão histórica, acompanhando os grupos entre os anos 1990 e 2015. Nesse novo período, já solidificados e agora inseridos num novo contexto pós-conflitos, os grupos islamistas entraram em um momento de auto-avaliação, e duas grandes linhas de atuação se distinguiram: enquanto alguns movimentos optaram pela inserção no sistema político tradicional, passando a conciliar suas demandas com as instituições democráticas (pós-islamismo), outros radicalizaram suas posições e focaram na luta armada (radicalização). Nem sempre, porém, essa duas posições eram irreconciliáveis (BAYAT, 2005).

4.1 Os anos 1990: política e extremismo

Os anos 1990 tiveram início com o fim da Guerra Civil Libanesa determinado pelos Acordos de Taif. De todos os participantes do conflito, o Hezbollah foi a única milícia autorizada a manter suas forças armadas e continuar com sua atuação como organização de resistência para proteger o território libanês de futuros ataques israelenses. Essa exclusividade se deveu ao fato de que os Israelenses não deixaram o país após o fim da guerra, tendo se concentrado desde 1985 no sul, onde estabeleceram uma zona de segurança. Como o Hezbollah atuava primariamente nessa região, os motivos que o levaram a existir permaneciam latentes; além disso, o apoio contínuo da Síria e do Irã garantiram o bom e constante funcionamento da milícia (ROBERTO; MELOS, 2014).

Já em 1991, a paz na região foi abalada novamente com a invasão do Kuwait pelo Iraque, conflito que teve impacto direto nas relações transnacionais de grupos islamistas. Dessa vez o Iraque era o país que representava uma ameaça imediata aos Estados do Golfo: a agressão de Saddam Hussein ao Kuwait despertou nos sauditas medo de uma invasão iraquiana a seu território, agravado pelo fato de que o Iraque havia se tornado militarmente superior aos sauditas após ser armado pelo ocidente durante sua guerra com o Irã. Numa tentativa de garantir sua segurança, a Arábia Saudita requisitou o auxílio dos EUA, que rapidamente deslocaram tropas para o território, estabelecendo lá forças militares permanentes. Esse desenvolvimento foi encarado como uma afronta por Osama bin Laden,

que havia oferecido apoio militar aos sauditas como tentativa de evitar a presença ocidental em território islâmico. A partir de então, a Al-Qaeda iniciou de maneira mais ativa sua luta contra os EUA, redefinindo sua noção de inimigo prioritário (PEREIRA; KANTER, 2014; ROBERTO; MELOS, 2014).

Outros grupos seguiram a linha de bin Laden e também se pronunciaram sobre a aliança saudita com os EUA. Dentre eles, merece destaque especial o *Sahwa*, ou Despertar Islâmico. Formado por membros da Irmandade Muçulmana que nas décadas de 1950 e 1960 haviam se refugiado de Nasser na Arábia Saudita, o *Sahwa* tinha como principal objetivo desafiar o domínio político da família real e defender reformas institucionais e legislativas. As críticas e protestos do *Sahwa* representaram um ponto de virada nas relações da Arábia Saudita com a IM, que até então eram marcadas pelo apoio saudita aos islamistas no intuito de contrabalancear ideologias nacionalistas e socialistas (MATTHIESEN, 2015).

Buscando evitar uma crise política, o reino Saudita reprimiu o *Sahwa* e realizou um acordo com bin Laden, estabelecendo que ele deixaria o reino com seus fundos e apoiadores, e, em troca da manutenção do envio de auxílio da família real para suas atividades, seu movimento se absteria de atacar e desestabilizar a Arábia Saudita (AHMED, 2015). Bin Laden se exilou então no Sudão, onde apoiou a revolução islâmica de Hassan Turabi¹⁵, forneceu apoio a distância para a *jihad* na Bósnia-Herzegovina¹⁶, e desenvolveu suas primeiras atividades terroristas, conduzindo uma campanha à distância para forçar a retirada das tropas estadunidenses da Arábia Saudita e do Golfo Pérsico (TAMAYO, 2009). Com essa postura mais assertiva da Al-Qaeda, os EUA elaboraram uma nova doutrina teórica para o Islã Político. De acordo com a nova abordagem, havia diferença entre islamistas moderados e islamistas radicais, que se utilizavam do extremismo, da violência e da intolerância. Os “bons” islamistas eram definidos como aqueles que não atuavam contra os interesses americanos e de seus aliados na região (ZEGHEL, 2002).

Durante esse período a Argélia, por sua vez, assistiu a ascensão de seus próprios grupos islamistas. No final dos anos 1980, a Frente de Libertação Nacional (FLN)¹⁷ havia perdido a credibilidade e movia o exército para conter a crescente insatisfação popular. Na revolta de Argel, os islamistas algerianos foram às ruas para protestar a violência e para

¹⁵A revolução islâmica sudanesa se refere à reestruturação do Estado em parâmetros islâmicos realizada por Hassan Turabi após o golpe militar de 1989 (VIORST, 1995).

¹⁶A Guerra da Bósnia de 1992 atraiu *mujahidin* ao território em defesa dos muçulmanos bósnios, que estavam sendo violentamente atacados pela Sérvia, compondo a maioria absoluta das vítimas do conflito (TAMAYO, 2009).

¹⁷A Frente de Libertação Nacional foi um partido político criado em 1954 que liderou a luta pela independência da Argélia.

defender a islamização da sociedade e, embora na ocasião tenham sido violentamente reprimidos, conseguiram negociar com o governo reformas institucionais. Uma nova constituição que autorizava a formação de partidos políticos entrou em vigor e líderes islamistas que haviam tido contato com a Irmandade Muçulmana e lutado na *jihad* no Afeganistão criaram então a Frente Islâmica da Salvação (FIS) para disputar o poder político no país e estabelecer um Estado Islâmico na Argélia. Parte da população ficou temerosa que um possível regime da FIS fosse reverter o processo de modernização nacional e, com as vitórias eleitorais da organização em 1990 (eleições locais) e 1991 (eleições nacionais) o governo instituiu imediatamente repressão severa ao grupo. Em 1992, a FIS foi oficialmente dissolvida, e a Argélia mergulhou em uma guerra civil. O conflito culminou no surgimento de diversos grupos armados islamistas, entre eles a Al-Qaeda no Norte da África (AQNA) e o Grupo Islâmico Armado (GIA), que rejeitava eleições e outros princípios democráticos e conduzia atividades que incluíam terror e assassinatos. Para fazer frente aos novos grupos, a FIS, na clandestinidade, criou a Armada Islâmica da Salvação (AIS) (WIMELIUS, 2003).

Seguindo a onda de radicalização, em 1993 o grupo egípcio *al-Gama'a al-Islamiyya*, que recebia apoio do Sudão e da Al-Qaeda, explodiu uma bomba no World Trade Center em Nova Iorque, matando seis pessoas e ferindo mais de mil. Após o atentado, os EUA prenderam os culpados, mas deixaram a ação de luta contra o grupo terrorista nas mãos do presidente Hosni Mubarak (SCHANZER, 2002). No mesmo ano, o Hamas também adotou atitudes extremistas, realizando seu primeiro atentado a bomba suicida contra uma estação de ônibus no vale do Jordão. Esse ataque, que atingiu civis, representou uma mudança no comportamento seguido pelo grupo até então, que se pautava na aplicação de táticas de guerrilha contra estruturas militares e soldados israelenses. O atentado foi considerado uma ação terrorista pela comunidade internacional e os países ocidentais e Israel passaram a classificar o Hamas como uma organização terrorista. A adesão popular ao movimento, porém, tendeu apenas a aumentar. A conversão da OLP em Autoridade Palestina e seu papel nos acordos de Oslo como buffer entre a ocupação israelense e a população palestina, somado à sua corrupção e ineficiência, ampliaram o apoio popular ao Hamas. A organização era vista como eficaz, na medida em que não apenas provia serviços sociais, mas também possuía um braço militar em Gaza que realizava atentados contra colonos judeus, forças ocupantes e civis israelenses (AYOOB, 2004; REIS, 2011).

O Hezbollah, na contramão dos grupos que passaram a adotar práticas extremistas, se transformou em um partido político com um braço armado. A ascensão de Sayyid Hassan Nasrallah em 1993 ao comando da organização conduziu o grupo à participação ativa no

sistema político libanês, com o apoio iraniano. Foi a partir daí que o partido Hezbollah se transformou em uma força política considerável no parlamento, em grande parte como consequência do apoio populacional conquistado por meio da provisão de serviços sociais nos territórios controlados pela organização. A participação no sistema não representou, contudo, o abandono do uso de violência contra inimigos políticos (ROBERTO; MELOS, 2014; AYOUB, 2004).

Mesmo nesse cenário de radicalização, o Pentágono continuava fornecendo apoio para o Talibã. Tanto a administração Clinton quanto a administração Bush tinham a esperança de utilizar o grupo para estabelecer um regime cliente proxy similar ao saudita no Afeganistão. De acordo com esse plano, um governo talibã proveria a estabilidade necessária para a construção do gasoduto Trans-Afegão, que levaria gás da Ásia Central para o sul asiático, competindo com Rússia, China e Irã (AHMED, 2015). Com o suporte estadunidense e de seus aliados Paquistão e Arábia Saudita, em cerca de dois anos (1994-1996) os talibãs conquistaram o controle sobre a maior parte do território afegão, proclamando um Emirado Islâmico e colocando em prática sua forma de Islã puritana, wahhabita, anti-xiita, anti-sufista e anti-modernista (COSTA, 2010; KATZMAN, 2013; COLL, 2004).

O que os Estados Unidos preferiram ignorar era que com a tomada de poder sobre o Afeganistão o Talibã pôde oferecer à Al-Qaeda, seu aliado próximo, o território e infraestrutura seguros e necessários para a condução de suas operações. Como o Talibã não possuía fundos e *know-how* técnico e administrativo para controlar o Afeganistão, o grupo permitiu a reabertura dos campos de treinamento da Al-Qaeda no território em troca de apoio logístico. Bin Laden, que havia sido expulso do Sudão após uma tentativa falha de assassinato do presidente egípcio Mubarak, retornou então ao Afeganistão, de onde passou a comandar as operações internacionais da Al-Qaeda e continuou pressionando as forças americanas a deixarem a Arábia Saudita (ROBERTO; MELOS, 2014).

Em 1998 os ideais terroristas de bin Laden ficaram mais evidentes a partir da criação da Frente Islâmica Mundial. A *fatwa* (pronunciamento legal) criadora do grupo criticava a presença americana na Península Arábica, o bloqueio ao Iraque estabelecido após a Guerra do Golfo e o apoio estadunidense a Israel, e clamava à “ulemá muçulmana, líderes, jovens e povos a matar americanos e seus aliados civis e militares”¹⁸ (SCHANZER, 2002, [s.p.]). Signatários do documento incluíam líderes de grupos radicais *al-Gama'a al-Islamiyya* e

¹⁸Do original: "Muslim *ulema*, leaders, youths, and people" to "kill the Americans and their allies civilian and military. This is in accordance with the words of Almighty God" (SCHANZER, 2002, [s.p.]).

al-Jihad do Egito, *Jamiat-ul-Ulema-e-Pakistan* do Paquistão e Movimento Jihad de Bangladesh, que se juntaram à Al-Qaeda na luta contra os EUA (SCHANZER, 2002). Essa posição mais abertamente agressiva, que culminou no bombardeio da embaixada americana no Quênia e na Tanzânia ainda em 1998, estimulou a mudança da postura dos talibãs que, se anteriormente não eram antagonistas dos EUA, agora aumentavam sua hostilidade aos estadunidenses (AHMED, 2002). Em 1999 Osama bin Laden foi incluído na lista dos mais procurados do FBI e sanções unilaterais e multilaterais foram impostas ao Talibã por lhe dar abrigo, o que radicalizou ainda mais a postura do grupo (SCHANZER, 2002).

4.2 O século XXI, o 11 de setembro e a instabilidade regional

Assim como os anos 1990, os anos 2000 iniciaram trazendo importantes desenvolvimentos para o Islã Político. Com a retirada das tropas israelenses do sul do Líbano, o Hezbollah consolidou sua imagem como única força árabe capaz de conter Israel e expulsá-lo do território ocupado. Todavia, apesar do prestígio, a existência do grupo passou a ser questionada, na medida em que, com o fim da ocupação de Israel, a razão de sua existência havia chegado ao fim. Muitos argumentaram que o Hezbollah deveria entregar suas armas para o Exército libanês, mas o grupo se recusou, argumentando que sua existência e atuação continuavam válidas, na medida em que o movimento poderia proteger o país de futuras agressões. Na esfera política, o fim da ameaça externa levou o braço partidário do movimento a fazer diversas concessões para participar nos processos parlamentares, além de abandonar sua ideia inicial de transformar o Líbano em um Estado Islâmico. O ponto forte do grupo na cena política passou a ser, então, seu papel como grupo de pressão xiita islamista (AYOOB, 2004).

Na Palestina, o Hamas se engajou na Segunda Intifada (2000) contra as forças de Israel. Para a organização, os bombardeios contra civis israelenses realizados ao longo do confronto eram uma resposta adequada para o assassinato de civis palestinos por soldados israelenses. Enquanto essas novas táticas deterioravam a legitimidade do grupo frente à comunidade internacional, a popularidade do Hamas entre a população palestina crescia (ROBERTO; MELOS, 2014).

No Afeganistão, por sua vez, as relações entre o Talibã e os EUA se deterioravam, e Washington já estava abertamente considerando uma invasão para derrubar o regime afegão. Em uma última tentativa de negociação, os EUA clamaram por um governo de unidade nacional que incluísse todas as facções presentes no país, o que poderia oferecer um

contraponto à postura cada vez mais antiamericana dos talibãs. O grupo, entretanto, não queria comprometer seu poder, e as tensões se agravaram (AHMED, 2002). Os eventos dos meses seguintes funcionariam como gatilho para os planos já encaminhados.

Em 11 de setembro de 2001 os atentados terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono levaram os EUA a darem início à Guerra ao Terror, a luta contra grupos extremistas e contra o Eixo do Mal (formado por Irã, Iraque e Coreia do Norte). O primeiro passo dessa nova política foi a invasão do Afeganistão ainda em 2001, com o intuito de remover o Talibã do poder e expulsar a Al-Qaeda, grupo responsável pelos ataques, do território. Frente ao poderio militar dos EUA, o Talibã caiu em pouco tempo, e a estrutura da Al-Qaeda no Afeganistão se desmantelou, sendo suas células obrigadas a se dispersarem e perdendo o grupo sua estrutura coerente capaz de prover treinamento e proteção aos jihadistas. Tirando proveito da porosa fronteira entre os dois territórios e de suas relações próximas com tribos paquistanesas, os líderes da Al-Qaeda fugiram para o Paquistão (CHALIAND; BLIN, 2007).

Para substituir o Talibã no comando do Afeganistão, os EUA colocaram no poder um governo amigável e unificado, com vistas a garantir a estabilidade e a segurança que seus interesses na região demandavam. O novo presidente, Hamid Karzai, era um antigo consultante pago para a Unocal, e tão logo assumiu o poder deu início a uma reestruturação econômica e permitiu o estabelecimento de significativa presença militar estadunidense na região (AHMED, 2002).

Assim, nesse novo cenário, a Al-Qaeda adotou uma nova estratégia, estruturada por Abu Musab Al-Suri. Já por volta dos anos 2000, Al-Suri afirmava a necessidade de empreender uma forma de terrorismo individual para substituir o terrorismo hierárquico e planejado de organizações como a Al-Qaeda. Com a perda da estrutura da organização a partir da invasão americana ao Afeganistão, a Al-Qaeda promoveu então uma descentralização das unidades operativas, das escolas de treinamento e do meios de autofinanciamento, dando início ao jihadismo de terceira geração. Essa alteração no modus-operandi era tida como essencial, uma vez que organizações hierárquicas secretas haviam perdido relevância e fracassado no recrutamento de novos membros e uma vez que organizações assim estruturadas dependiam do acolhimento de um Estado para atuarem, o que na atual conjuntura se apresentava impossível (COSTA, 2010).

O novo plano da Al-Qaeda era se transformar em um movimento descentralizado, interligado e transnacional. A ideologia geral da organização, porém, conservou-se inalterada: os EUA permaneciam como o inimigo distante cuja derrota era um pré-requisito para a

eliminação do inimigo próximo, os regimes anti-islâmicos corruptos e autoritários do Oriente Médio, da Ásia Central e do Sul e Sudeste Asiático, que apenas permaneciam no poder pelo apoio americano. A Al-Qaeda ainda pretendia desgastar os americanos para que eles, enfraquecidos, fossem forçados a se retirar das terras muçulmanas e perdessem sua capacidade de intervenção, e bin Laden ainda defendia a necessidade de redesenhar o mapa do mundo islâmico para que este se tornasse um Estado sob a bandeira do califado (HOFFMAN, 2013).

No Paquistão, o JI e outros partidos islamistas formaram a *Muttahhida Majlis-e-Amal* (MMA, traduzido como Conselho Unido da Ação), uma aliança entre movimentos para se contrapor ao governo nas eleições de 2002. O grupo foi bem sucedido nas urnas e o MMA se tornou o terceiro maior bloco na Assembleia Nacional, indo especialmente bem na Província da Fronteira Noroeste, onde conseguiu formar o governo local e instituir medidas de islamização. Como essa província se localizava na fronteira com o Afeganistão, sendo o local para onde muitos membros da Al-Qaeda e do Talibã se refugiaram, o presidente paquistanês Musharraf foi pressionado pelos EUA a tomar alguma atitude e demandar do novo governo provincial a entrega dos líderes da organização. O MMA resistiu às investidas do governo, declarando que não entregaria ninguém para os americanos; ao mesmo tempo em que criticava os ataques terroristas ocorridos nos EUA e buscava uma postura moderada, o *Muttahhida Majlis-e-Amal* também se recusava a cooperar com a perseguição à Al-Qaeda e ao Talibã, repreendendo o governo paquistanês por seu apoio à guerra no Afeganistão (WIMELIUS, 2003).

Cabe mencionar que a descentralização e as dificuldades operacionais no Paquistão não esmaeceram o alcance da Al-Qaeda, na medida em que diversos grupos a ela filiados surgiram nos anos seguintes. Um deles foi a organização Boko Haram, localizada na Nigéria. Formado em 2002 a partir das graves divisões étnicas e sociais do país, o grupo tinha o objetivo de estabelecer a Sharia como lei de Estado. O fundador da organização, Mohammed Yusuf, era membro do braço nigeriano da Irmandade Muçulmana e do Movimento Islâmico da Nigéria, que também se inspirava no Qutbismo e nas doutrinas da IM. Por influência dessas ideologias, Boko Haram defendia a *jihad* e justificava atos terroristas violentos como parte de sua rejeição aos valores ocidentais que suprimiam o Islã e como meios para impor a Sharia e estabelecer um califado pan-Islâmico no norte da África. Desde seu surgimento, o grupo manteve contatos próximos com a Al-Qaeda (9 BEDFORD ROW, 2015; HOFFMAN, 2013).

4.3 A invasão do Iraque e a nova *jihad* global

Tentando avançar sua luta contra os grupos radicais, os EUA decidiram que era necessário invadir o Iraque para conter o regime de Saddam Hussein, acusado de abrigar terroristas e de possuir armas de destruição em massa. Contudo, com o início da guerra no Iraque em 2003, a presença americana serviu como uma poderosa ferramenta de recrutamento, e inúmeros jihadistas se uniram contra a agressão e ocupação estadunidense. O novo front iraquiano da *jihad* global trouxe diversas inovações na atuação dos terroristas, entre as quais podem ser citadas campanhas de ataques suicidas, esforços para divulgar propaganda jihadista por meio da internet e uso extensivo de artefatos explosivos artesanais (STERN; MCBRIDE, 2013).

Um dos novos grupos surgidos no território a partir do caos gerado pela invasão e pela consequente destruição das instituições estatais foi a Al-Qaeda no Iraque (AQI). Abu Musab Al-Zarqawi, seu fundador, havia lutado na *jihad* do Afeganistão e passado um tempo na Jordânia, onde criou o grupo salafista *Bayat al Imam*, que se tornou uma organização com capacidade de ação transnacional coordenada com as lideranças da Al-Qaeda. Em 2002, Al-Zarqawi se realocou, juntamente com seu grupo, para uma região de maioria curda no Iraque que era controlada pelo grupo *Ansar al-Islam*, afiliado à Al-Qaeda. Na esteira da ocupação americana, ele juntou militantes dos dois movimentos para lutar contra os invasores estadunidenses e, em 2004, fez o voto de aliança para bin Laden, dando à organização o nome de *Tanzim Qaidat al-Jihad fi Bilad al-Rafidayn* (AQI, traduzido como Al-Qaeda na Terra dos Dois Rios e mais comumente conhecida como Al-Qaeda no Iraque) (KIDAR, 2011).

Em 2006, a AQI criou o grupo Conselho Mujahidin *Shura* (CMS) para tentar resolver seus problemas de legitimidade. Por se tratar de uma organização formada em sua grande maioria por jihadistas estrangeiros lutando contra os EUA, a AQI não possuía uma conexão real com as lutas populares no Iraque. O CMS foi então criado para unificar os jihadistas atuando em território iraquiano e uni-los a outros grupos insurgentes nativos, dando ao conjunto uma identidade iraquiana. Ainda em 2006, o CMS anunciou o estabelecimento de um Emirado Islâmico no Iraque, a ser chamado de Estado Islâmico do Iraque (EII), em um território que se estendia pelas províncias do oeste e do norte do país. Diversas milícias e tribos locais se opuseram ao violento CMS e ao EII, o que abriu espaço para que os EUA lhes dessem suporte financeiro e material para combater o grupo e para que Washington enviasse suas próprias tropas para a batalha. A estratégia estadunidense de atuação com as tribos deu

rápidos resultados, e em pouco tempo o Estado Islâmico do Iraque foi forçado à clandestinidade, onde passou a atuar como um grupo terrorista tradicional (KIDAR, 2011).

Nesse meio tempo, o Hezbollah se envolveu em uma guerra com Israel. Após o sequestro de dois soldados israelenses pelo grupo, Israel lançou uma ofensiva no Líbano que durou 34 dias e deixou destruídos infraestrutura e alvos civis nas áreas sul do país e próximo da capital. O Hezbollah sobreviveu ao ataque e emergiu fortalecido, podendo novamente justificar sua existência como grupo militar a partir da agressão externa e do trabalho de reconstrução e auxílio aos refugiados que realizou com suporte iraniano. Além disso, clamando ter ganho a guerra, o grupo demandou maiores poderes no gabinete, requisitando não apenas uma mudança no sistema eleitoral, mas também o poder de veto para si e para seus aliados no parlamento. Como a oposição não aceitou essas demandas, o Hezbollah voltou a recorrer ao uso da força para garantir seus interesses (VISENTINI, 2012).

A situação política era tumultuada também para o Hamas, que participou das eleições legislativas sob a legenda “Mudança e Reforma” e ganhou a maioria dos assentos no legislativo, se consolidando como o maior partido da Palestina. Mahmoud Abbas, presidente palestino, reconheceu a relevância do movimento e convidou a organização a participar de um governo de unidade nacional. O Hamas recusou a oferta, se negando a negociar com o Fatah¹⁹ por não reconhecer a validade dos acordos de paz previamente realizados entre a Autoridade Palestina e Israel. Em uma demonstração de assertividade, a organização apresentou um gabinete formado apenas por seus representantes, exacerbando suas tensões com o Fatah até o ponto em que o Hamas estabeleceu sua própria força de segurança na Faixa de Gaza. Esse ato foi considerado ilegal por Abbas e levou a um ciclo de confrontos que culminou na tomada de Gaza pelo Hamas e na expulsão das forças do Fatah da região. A Autoridade Palestina declarou um estado de emergência e Israel realizou ações punitivas contra o Hamas por meio da Operação Chumbo Fundido, dando início a uma guerra que só foi finalizada em 2009 (CHUBIN, 2012). Após ter conquistado controle sobre Gaza, o Hamas atraiu apoio de diversos grupos islamistas, dentre os quais a Irmandade Muçulmana, que mobilizou auxílio internacional para sustentar o Hamas durante o confronto (KRAMER, 2008).

Essa ampliação no fluxo de apoio entre grupos islamistas e regimes no Oriente Médio preocupava os Estados Unidos e o Reino Unido. Para agravar mais o cenário, a vitória de Mahmoud Ahmadinejad nas eleições iranianas de 2009 deu novo rumo à política externa de

¹⁹O Fatah ou Movimento de Libertação Nacional da Palestina é uma organização política e militar, fundada em 1959 por Yasser Arafat. Facção mais poderosa da Organização para a Libertação da Palestina, o Fatah é nacionalista e laico e defende a reconciliação entre palestinos e israelenses (VISENTINI, 2012).

diálogo que vinha sendo seguida desde a morte de Khomeini, na medida em que o novo presidente e o Aiatolá Khamenei adotaram uma postura mais agressiva frente ao ocidente e Israel (RAKEL, 2007). A partir desses desenvolvimentos regionais, a Inteligência militar anglo-americana passou a supervisionar o financiamento de Estados do Golfo para extremistas islâmicos na região, com o objetivo de conter a influência xiita iraniana e enfraquecer Damasco e Teerã, aliados próximos da Rússia e da China. Beneficiários dessa ação incluíam afiliações da Irmandade Muçulmana e da Al-Qaeda no Iraque, na Síria e no Líbano (AHMED, 2015).

A Arábia Saudita, ao mesmo tempo em que apoiava braços da Al-Qaeda no exterior, lutava para conter os ataques internos de seus grupos militantes afiliados à organização. Em 2009 esses esforços foram bem sucedidos, e a rede da Al-Qaeda no reino foi desmantelada. Os militantes da organização partiram então para o Iêmen, onde se uniram com os membros da Al-Qaeda lá localizados para formar a Al-Qaeda na Península Arábica (AQPA) (MATTHIESEN, 2015).

4.4 A Primavera Árabe e os avanços islamistas

Em 2010 teve início na Tunísia uma série de protestos contra o presidente Ben Ali, após a auto-cremação pública do estudante Mohamed Bouazizi. O evento simbólico de martírio serviu de estímulo a manifestações de oposição ao governo, tido como um regime que trabalhava apenas em benefício próprio. Entre as demandas dos manifestantes tunisinos estavam pedidos de liberdade de expressão, implantação de um sistema sociopolítico democrático e justo, e soluções para o desemprego. Um mês depois do início dos protestos em Túnis, as agitações inspiraram semelhantes movimentos no Egito e, em seguida, em outros Estados, no que ficou conhecido como Primavera Árabe. Os motivos para as manifestações eram semelhantes – o desemprego, a falta de moradia, a inflação, a corrupção, a falta de liberdades, o sistema autocrático e a violência policial e militar –, e os objetivos dos protestos se pautavam em mudanças institucionais e de regime (ARAÚJO, 2013).

Nas eleições nacionais realizadas após as manifestações na região, as urnas mostraram não apenas que era possível conduzir o sistema político para uma direção mais democrática, mas também que a religião islâmica começou a desempenhar um papel mais significativo como força política nesse processo de mudanças. Grande parte dos vencedores das eleições parlamentares, com destaque especial para a Tunísia e o Egito, foram partidos islâmicos, o que levou alguns estudiosos a definir os protestos populares por meio do conceito de

“Primavera Islâmica”, referindo-se à subsequente ascensão dos partidos islamistas ao poder por meio do processo eleitoral. Mesmo em países em que não houve mudança de regime, apenas algumas reformas no sistema, os movimentos islâmicos se viram mais presentes na cena política, como é o caso, por exemplo, do Marrocos e do Kuwait. Três fatores contribuíram para essa ascensão dos islamistas no cenário da Primavera Árabe: em primeiro lugar, essas organizações possuíam um longo histórico como força de resistência aos governos no poder; em segundo lugar, a maioria dos movimentos já havia alcançado o nível de experiência e estrutura de organizações políticas consolidadas; em terceiro lugar, a ideologia islamista ganhou destaque no clima geral de insatisfação, apelando para as camadas religiosas e menos favorecidas (ARAÚJO, 2013).

Na Tunísia, após a queda do presidente o poder ficou nas mãos do governo de coalisão liderado pelo partido *Ennahda*, uma organização islamista que emergiu da Irmandade Muçulmana. Criado em oposição ao governo durante o revivalismo islamista dos anos 1970, o *Ennahda* foi classificado como extremista e terrorista pelo regime, que o baniu do país. Com a revolução em 2010, o partido retornou à cena política e conseguiu contornar a desconfiança daqueles que o acusavam de não ser democrático. Sua ascensão ao comando do Estado se deu via eleições para a Assembleia Constituinte em 2011, nas quais o grupo, adotando uma postura moderada conciliatória, conquistou a maioria dos votos, garantindo uma posição no governo de coalisão (MARKS, 2015).

No Egito, os protestos da Primavera Árabe culminaram na renúncia de Hosni Mubarak e na vitória da Irmandade Muçulmana nas eleições parlamentares e presidenciais. A ascensão da IM ao poder no país alarmou não apenas parte da população egípcia, mas também o ocidente e seus aliados na região. Nos últimos anos, a organização estava adotando uma postura mais confrontacional, tendo o líder geral da organização, Mohammed Badie, chegado a declarar em 2010 que “regimes árabes e muçulmanos estão traindo seus povos ao falhar em confrontar os reais inimigos dos muçulmanos: não apenas Israel, mas também os Estados Unidos”²⁰ (9 BEDFORD ROW, 2015, p. 68). Mohamed Morsi, o presidente eleito pela IM, seguiu o panorama geral da organização e libertou diversos islamistas militantes que estavam presos, acordando também o apoio da Al-Qaeda à IM, incluindo seus braços regionais, sob a promessa de implementar a Sharia no Egito (9 BEDFORD ROW, 2015).

²⁰ Do original: “Arab and Muslim regimes are betraying their people by failing to confront the Muslims’ real enemies: not only Israel but also the United States” (9 BEDFORD ROW, 2015, p. 68).

Enquanto isso, na Líbia, islamistas se tornaram peça crítica da revolução armada que, após a intervenção da OTAN, conseguiu derrubar Muamar Gaddafi do poder. Diversas organizações islamistas, tais como o Grupo de Luta Islâmica Líbia e a Irmandade Muçulmana, participaram no processo de democratização, nas eleições, na reforma constitucional e em atividades da sociedade civil. Seu desempenho foi, contudo, módico; como haviam passado por anos de repressão, os islamistas do país não desenvolveram redes de suporte locais e nem estruturas organizacionais, o que causou sua incapacidade em formar uma coalisão para competir com o Conselho Nacional de Transição. O seu fraco resultado nas urnas não significou uma grande perda para os grupos, na medida em que a redemocratização do país desmoronou e uma guerra civil teve início. No novo cenário, os islamistas passaram a atuar como uma das partes diretamente envolvidas no conflito, por meio da Força Escudo Líbia (ASHOUR, 2015).

Outro país que emergiu da Primavera Árabe em situação de conflito foi a Síria. Em 2011, uma série de grandes protestos populares contra a administração do presidente Bashar al-Assad progrediu para uma violenta revolta armada em que se opunham o governo e uma miríade de grupos rebeldes armados. Em pouco tempo, o conflito virou uma questão de segurança regional: a situação no país transborda facilmente para outros Estados devido à localização estratégica da Síria entre o Egito e o Iraque, no *heartland* do Oriente Médio. Assim, as influências externas não tardaram em se fazer sentir em ambos os lados do conflito (AYOOB, 2012).

Por diversas razões o Irã deu boas vindas à derrocada de ditadores pró-ocidentais na Tunísia e no Egito, celebrando os resultados da Primavera Árabe nesses países como extensões de sua própria revolução islâmica. Acontecimentos anteriores já mostravam que quanto mais democracia existisse no Oriente Médio, melhor para o Irã: no Líbano as eleições deram poder ao Hezbollah; na Palestina ao Hamas e no Iraque aos islamistas xiitas. Na Síria, todavia, o Irã se colocou contra os grupos opositores, defendendo o regime de al-Assad, um de seus maiores aliados na região desde a Revolução de 1979. Para o Irã, a Síria é parte essencial da estratégia de defesa nacional contra ataques americanos e israelenses, não apenas por seu papel na frente de resistência à Israel, como também por sua participação no transporte de assistência para o Hezbollah. Para o regime de al-Assad, por outro lado, o Irã é fonte de proteção, segurança e fundos. É importante mencionar que a política externa moderada trazida por Rouhani à presidência do Irã em 2013 foi instrumental para administrar a vulnerabilidade do Irã com a internacionalização do conflito sírio (AYOOB, 2012; VISENTINI; ROBERTO, 2015).

Essa relação próxima entre Irã e Síria funciona como estímulo para os EUA buscarem a remoção de al-Assad do poder e para que a Arábia Saudita apoie a oposição sunita no conflito. Portanto, os EUA e o Reino Unido, juntamente com seus aliados, se envolveram na guerra síria por meio do fornecimento de amplo suporte para a oposição armada, numa tentativa de derrubar o governo. Esse auxílio incluiu não apenas ajuda não-letal, mas também treinamento, suporte logístico e suprimento de armas. Muitos dos armamentos que hoje estão nas mãos dos rebeldes foram transferidos da Líbia pelo MI6 e pela CIA após a queda de Gaddafi (MILNE, 2015).

A crise na Síria não se limitou a atrair a atenção de Estados, engajando também grupos não-estatais da região. O Hamas foi convidado a dar apoio ao governo sírio, mas, com receio de perder apoio interno se atuasse a favor de al-Assad, a organização deixou a Síria ainda em 2011. Como consequência, o apoio iraniano para o grupo diminuiu e os países do Golfo, em especial Qatar e Arábia Saudita, aproveitaram a brecha para estabelecer conexões comerciais e de investimentos com o Hamas (ROBERTO; MELOS, 2014). O Hezbollah, por sua vez, se envolveu oficialmente na Síria em 2012, defendendo o regime de al-Assad, que lhe fornece armas, campos de treinamento e outros tipos de apoio militar e político.

O Líbano, por ser vizinho da Síria, foi fortemente afetado pela guerra, e o Hezbollah decidiu atuar no país para garantir a manutenção de laços próximos entre o grupo e o regime e para evitar a ascensão de grupos extremistas ao poder. Para a organização, devido à fraqueza geopolítica do Líbano, o país necessita da Síria para resistir a Israel. Outra ameaça percebida pelo Hezbollah na Síria decorre dos grupos radicais sunitas, que, de acordo com sua perspectiva, pressionam o conflito para o sectarismo e podem espalhar o extremismo para o Líbano. As áreas em que o Hezbollah opera na Síria, Damasco, Homs e Aleppo, são estratégicas para o regime de al-Assad, para a segurança do Líbano e para as linhas de suprimento do grupo. Com seu envolvimento no conflito, o Hezbollah está ganhando importante experiência em operações ofensivas em territórios urbanos e conquistando novos recrutas (SULLIVAN, 2014).

Por fim, para a Al-Qaeda e para os jihadistas, o território Sírio oferece uma base no centro estratégico do Oriente Médio e próxima das fronteiras de dois grandes aliados ocidentais, Jordânia e Israel; por isso, o conflito é percebido como uma oportunidade (HOFFMAN, 2013). O principal ramo da organização atuando no país inicialmente era a Al-Qaeda no Iraque. Na medida em que a coalisão americana estava se retirando do território iraquiano, deixando o país devastado e desestruturado, política, social e militarmente, a AQI, na figura do Estado Islâmico do Iraque, teve espaço para sair da clandestinidade e se tornar

mais pública. Com essa nova liberdade, a organização sunita takfiri estendeu suas operações para o país vizinho, onde começou a lutar contra o regime de al-Assad por meio de um novo grupo, a Frente al-Nusra. O grande interesse do ISIS na Síria não era, contudo, lutar contra o governo, e sim controlar territórios a partir dos quais se poderia atacar o Iraque, governado por xiitas (HOLMQUIST, 2015).

A partir de sua atuação no conflito sírio e da nova conjuntura em que se inseria, o EII reestruturou seus objetivos e sua doutrina. A finalidade do grupo foi definida como o estabelecimento de um califado islâmico baseado na Sharia que se estendesse pelos territórios da Síria e do Iraque. Para atingir sua meta, o grupo defende que ações violentas contra o domínio externo no mundo árabe, em linha com o que era difundido pelos qutbistas e takfiris, são a única via para livrar a região de influências não-islâmicas e restaurar a governança muçulmana. O ocidente, nesse cenário, é considerado um inimigo secundário, precedido pelos regimes e populações infiéis. A estratégia adotada pelo grupo é assegurar e defender territórios, para posteriormente consolidar sua autoridade por meio da governança (HOLMQUIST, 2015; 9 BEDFORD ROW, 2015).

Já em 2013, a AQI havia se transformado numa das forças mais ativas na Síria. O grupo aproveitou sua posição de poder para anunciar a união entre o Estado Islâmico do Iraque e a Frente al-Nusra sob o nome de Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS, da sigla em inglês). A cúpula central da Al-Qaeda, em uma tentativa de manter o controle sobre seus afiliados, rejeitou a união, anunciando que o ISIS deveria ser dissolvido e a AQI deveria focar seus esforços no Iraque, enquanto a al-Nusra atuaria como única afiliada da organização na Síria. As lideranças do ISIS, todavia, responderam reafirmando a identidade do grupo e estabelecendo que continuariam a operar tanto no Iraque quanto na Síria. A partir desse descumprimento de ordens, a Al-Qaeda declarou o fim de suas relações com o ISIS, e os dois grupos se tornaram grandes oponentes (HOLMQUIST, 2015).

Enquanto o extremismo do ISIS exacerbava a crise no Iraque e na Síria, no Egito a situação também se deteriorava. Em 2013, protestos em massa para a derrubada do presidente Morsi, acusado de descumprir promessas eleitorais e deixar o país se afogar em uma crise econômica, culminaram num golpe de Estado contra a Irmandade Muçulmana. O novo regime militar de Adly Mansour estabeleceu uma violenta repressão aos membros da IM, prendendo Badie e outras lideranças da organização, confiscando bens e ativos do grupo, fechando suas instituições afiliadas provedoras de serviços sociais e declarando a IM como uma organização terrorista. A consequência direta foi o início de confrontos violentos entre islamistas e o novo governo (KIRKPATRICK, 2013).

O golpe militar do Egito teve importantes repercussões também em outros países da região, em especial a Líbia, a Síria e o Iêmen, ao mostrar para os grupos islamistas a necessidade de militarização da política. Os braços da IM nesses locais passaram então a buscar aliados com poder duro, seja na forma de milícias, instituições ou organizações (ASHOUR, 2015). Em outros países, como no Kuwait, a Irmandade Muçulmana adotou uma postura mais concessiva e conciliatória para poder se manter ativa na arena política (FREER, 2015). Na Tunísia, a ascensão do jihadismo violento no Iraque e na Síria e o golpe no Egito afetaram a transição democrática e provocaram o surgimento de desconfianças de que o *Ennahda* e seu ativismo islamista eram simpáticos ao extremismo militante. Estimulada pelos protestos egípcios, a população tunisina se reuniu na praça Bardo demandando que o governo resignasse. Em 2014, foi instituído então um grupo de diálogo nacional e o Primeiro Ministro Ali Laaawayedh, membro do *Ennahda*, assinou a nova constituição da Tunísia e cedeu o poder para uma junta governamental; percebe-se assim que, para permanecer inserido na política nacional, o partido teve que fazer grandes concessões em seus discursos e ações (MARKS, 2015).

De volta à Síria, depois de meses de atuação no conflito, o ISIS adquiriu experiência de combate, atraiu recrutas e fortaleceu sua base financeira. Dessa forma, o grupo conseguiu avançar, conquistando controle de importantes cidades e regiões tanto no território iraquiano quanto no sírio, eliminando pelo caminho populações, a maioria delas de muçulmanos “infiéis”, com violência. Em 2014, já atingindo uma expansão considerável, o ISIS proclamou um califado nas áreas sob seu controle, alterando seu nome para Estado Islâmico (EI). Como a região sob o controle do EI é rica em recursos, a organização se tornou um dos grupos mais bem financiados da região, derivando seu rendimento de vendas de petróleo e eletricidade e de impostos sobre água e transporte nos territórios ocupados. Um dos clientes do grupo é o regime de al-Assad (HOLMQUIST, 2015).

A estratégia de campo do grupo possui três percursos: i) incitar o conflito regional com ataques no Iraque e na Síria; ii) estabelecer relações com grupos jihadistas que possam realizar operações em outras partes do Oriente Médio e do Norte da África; e iii) inspirar e auxiliar simpatizantes a realizarem ataques contra o ocidente. O objetivo é criar um cenário no qual a organização possa se expandir. Continuando seus avanços a partir desse paradigma, a organização extrapolou as fronteiras da Síria e do Iraque: grupos islamistas atuantes na Líbia, na Nigéria, na Argélia, no Egito, na Arábia Saudita, no Iêmen, no Paquistão e no Afeganistão declararam sua lealdade ao Estado Islâmico, se tornando seus afiliados e concedendo à organização o controle indireto sobre o território em que atuam por meio da

declaração de províncias oficiais do EI (YOURISH; WATKINS; GIRATIKANON, 2015). Um dos focos do Estado Islâmico é eliminar o que o grupo chama de “zona cinza”, o espectro entre a total devoção ao Islã por um lado e a total infidelidade por outro. Nessa perspectiva de “ou estão conosco ou estão contra nós” o grupo procura aterrorizar, mobilizar e polarizar a população da região (BURKE, 2015).

4.5 A conjuntura atual: 2015

Os EUA, até então, estavam reagindo à expansão do EI fornecendo apoio à Peshmerga Curda²¹, grupo que lidera a proteção das províncias do norte do Iraque e auxilia as forças de segurança na luta em outras regiões. Foi apenas com a proclamação do califado e com os avanços do grupo, contudo, que Washington anunciou uma estratégia mais direta para “degradar e destruir” o EI. Uma coalizão com parceiros internacionais foi organizada para realizar a operação *Inherent Resolve*, que consiste em ataques aéreos a alvos da organização na Síria e no Iraque e na promoção de apoio à oposição moderada na Síria, aos Curdos no Iraque e ao exército iraquiano (HOLMQUIST, 2015). Os ataques aéreos e as ofensivas do Peshmerga conseguiram fazer com que o EI perdesse o controle de 9,4% de seu território entre Janeiro e Junho.

Em outubro a Rússia iniciou sua própria série de ataques aéreos a alvos do EI e de grupos opositores ligados à Al-Qaeda na Síria. Enquanto o governo russo afirma ter conseguido destruir diversos centros de comando da organização, a imprensa internacional aponta que os bombardeios se concentraram em áreas de disputa entre al-Assad e rebeldes (AJI; EL DEEB, 2015). Indiretamente esses ataques podem auxiliar o EI, na medida em que desestruturam a resistência oferecida pelas milícias rebeldes aos avanços do grupo. Por outro lado, as atuais conversas de paz lideradas pela Rússia sobre o conflito sírio podem trazer estabilidade para a região, facilitando o combate ao EI.

Em 2015 também teve início a campanha no Iêmen. Opondo o movimento Houthi, pautado pelo islamismo xiita-zaidita, ao governo na disputa pelo controle do país, a guerra civil iemenita atraiu a atenção dos Estados do Golfo, que desencadearam uma campanha militar em defesa do regime. Enquanto a intervenção liderada pela Arábia Saudita teve o objetivo de esmagar o movimento Houthi e reinstaurar o poder ao presidente Abd Rabbu Mansur Hadi, um de seus efeitos colaterais foi o empoderamento da Al-Qaeda na região; o

²¹Peshmerga, “aqueles que enfrentam a morte”, é o termo utilizado para designar grupos armados do Curdistão.

grupo se aproveitou do vácuo de poder e dos sentimentos anti-Houthis no sul do país para conquistar seus próprios avanços. O braço da Irmandade Muçulmana no Iêmen, nesse contexto, foi institucionalizado como aliado dos sauditas no país (MATTHIESEN, 2015).

A situação no Afeganistão, por sua vez, também conta com importantes desenvolvimentos. Em 2014 o país completou a formação de seu terceiro governo democraticamente eleito e experimentou a primeira transição de poder pacífica das últimas décadas. Na ocasião, a transferência dos postos de combate da OTAN para as forças de segurança afegãs foi concluída e, nos termos do Acordo de Segurança Bilateral, algumas tropas residuais da OTAN permaneceram no país para aconselhar e auxiliar as forças nacionais. A retirada gradual e completa dessas tropas restantes foi marcada para iniciar em 2015 ter fim nos últimos meses de 2016 (LYNCH III, 2015).

O plano americano de suporte pós-retirada se restringiu a um apoio limitado para missões de contenção de extremismo, dando pouca importância à junção de informações de inteligência sobre as redes terroristas, e levantando assim preocupações com a possibilidade de repetição do que ocorreu após a retirada americana do Iraque. A situação econômica do país e sua dependência de auxílio externo o tornavam ainda mais vulnerável a investidas de grupos radicais. Nesse cenário, a Al-Qaeda no Subcontinente Indiano (AQSI) declarou que todos os grupos jihadistas no sul asiático deveriam apoiar um esforço Talibã para reestabelecer o emirado salafista no Afeganistão após a saída das tropas ocidentais. O país continua, portanto, visado por organizações terroristas internacionais, que buscam locais seguros para planejar e lançar ataques globais contra o ocidente e seus interesses. O interesse no Afeganistão deriva não apenas do fato de o território possuir uma fronteira porosa com o Paquistão e de ter fácil acesso a redes de transporte, mas também de ter sido este um dos primeiros Estados a adotar a Sharia como sistema legal (LYNCH III, 2015).

As ações anti-terrorismo americanas na fronteira afegão-paquistanesa conseguiram desestruturar muitos desses grupos. Contudo, mesmo sofrendo grandes perdas a partir da ocupação americana em 2001, o Talibã conseguiu se reerguer com o auxílio paquistanês, que permitiu ao grupo se reestabelecer como força política e militar no sul do país. Assim, ainda no final de 2014, grupos de talibãs controlaram algumas províncias afegãs, e em 2015 avançaram ainda mais, atuando em ofensivas em todas as regiões do território (LYNCH III, 2015). A situação decadente fez com que os EUA realizassem alguns ataques aéreos para conter o grupo e adiassem a retirada completa de suas tropas, com contingentes militares devendo permanecer no Afeganistão até 2018. Pode-se afirmar, portanto, que o Talibã é a maior ameaça securitária enfrentada por Kabul atualmente (ALJAZEERA, 2015).

Por fim, os atentados terroristas de novembro em Paris, pelos quais o EI clamou responsabilidade, trazem alterações ao jogo internacional. Os ataques representam uma mudança no foco e nas capacidades da organização, que até então apenas estimulava ações globais de apoiadores, e agora está realizando ataques diretos em larga escala e fora de seu teatro operacional. Essa nova estratégia global pode desencadear uma resposta mais firme no combate aos grupos terroristas e no cenário de crise no Grande Oriente Médio, prejudicando a estabilização da região – o próprio presidente francês, François Hollande, afirmou que a partir dessa “declaração de guerra”, a França iria responder “com as ações apropriadas” (BBC, 2015).

4.6 Conclusão parcial

O Islamismo no final dos anos 1990 e no início do século XXI viveu uma dinâmica de dualidade entre moderação e radicalização: a consolidação dos grupos no cenário doméstico e regional já no final dos anos 1980 abriu espaço para a reavaliação de seus métodos de ação e para a adoção de novos parâmetros de atuação; os atentados de 11 de setembro de 2001 e as decorrentes guerras no Afeganistão e no Iraque fizeram com que alguns movimentos abdicassem da violência, enquanto outros adotavam uma postura agressiva para lutar na *jihad* global; a Primavera Árabe, por fim, culminou em múltiplos cenários que oscilaram entre vitórias e derrotas tanto para grupos moderados, quanto para grupos que se envolveram em guerras civis. Assim como no primeiro período (1928-1989), também a partir da década de 1990 a inserção nos cenários domésticos e a presença de agitações e conflitos nacionais e internacionais foram fatores determinantes para o Islamismo militante. Hoje, no ano de 2015, a situação continua complexa e dual, e as conjunturas de crise na região do Grande Oriente Médio estão em sua totalidade conectadas ao Islã Político.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Islã Político pode ser definido como uma ideologia que defende a utilização da doutrina islâmica em sua forma arcaica como guia para ação política e para a vida social. Sua proposta é reapropriar e reinventar conceitos do Islã para fornecer respostas a situações atuais enfrentadas pelo mundo muçulmano, retornando à mística “idade de ouro” do Islã ancestral como parâmetro para avaliar e reformular a sociedade, em uma busca por reverter o declínio que se iniciou com a colonização. De maneira geral, o movimento se opõe à modernidade, ao sistema de Estados-nações e ao ocidente.

Por se embasar em ideias e símbolos que apelam aos mais de 1,2 milhões de seguidores do Islã, o Islamismo encontra adeptos em todos os continentes, e suas expressões mais fortes se localizam na região conhecida como Grande Oriente Médio. As manifestações não são, contudo, monolíticas, sendo fortemente afetadas pelo contexto social, antropológico, político e histórico em que se inserem. Como resultado, os grupos diferem em sua organização, estratégia, institucionalização, doutrina, método de ação, interpretação da ideologia, objetivos, etc. Entre as diversas variedades de movimentos islamistas existentes, podem ser citadas o Islamismo moderado, que atua dentro do sistema institucional-burocrático estabelecido; o Islamismo missionário, que busca converter não-crentes e preservar a identidade do Islã; o Islamismo jihadista, que prega a luta armada contra os infiéis, sejam eles regimes locais ou outros países; o Islamismo fundamentalista, que defende a interpretação literal dos textos sagrados; e o Islamismo modernista, que interpreta os textos originais em seu contexto específico.

Esse fenômeno não é uma exclusividade do mundo muçulmano, mas a história do Islã e do Grande Oriente Médio foi e permanece essencial para o desenvolvimento do Islamismo. A criação do Islã em 610 deu origem a uma fé monoteísta e a um sentimento de unidade, na forma da *umma*, que viabilizaram a unificação das tribos que habitavam a região da península arábica, estimulando-as à formação de um império poderoso que se expandiu até a Espanha e as fronteiras da China. No século XVII, o cenário de prosperidade muçulmana sofreu uma reviravolta quando o ocidente atingiu a superioridade militar e econômica e o mundo muçulmano não conseguiu acompanhar essa evolução. A partir da mudança na balança de poder mundial, o ocidente passou a derrotar e conquistar o império do Islã, submetendo-o ao colonialismo; já no século XIX o território muçulmano estava dividido em Estados-nação de acordo com o modelo europeu, e muitas sociedades passaram por um processo de ocidentalização. Para responder ao domínio e influência externos e à percebida fragilidade da

sociedade muçulmana, emergiram movimentos políticos, sociais e ideológicos que pregavam o retorno à religião. Seu intuito era, a partir de recurso ao Islã, construir um modelo de sociedade alternativa à ocidental e reconduzir o mundo muçulmano à glória do passado. Surgia assim o Islã Político.

A nova ideologia foi institucionalizada pela primeira vez em 1928, no Egito, com a criação da Irmandade Muçulmana. Focando na ação social e em demandas políticas, a Irmandade realizou um esforço missionário que foi o grande responsável pela disseminação da ideologia e pelo surgimento de outros grupos. Por questionarem a dependência dos regimes nacionais com os antigos poderes colonizadores, esses grupos entraram em diversos confrontos com os governos locais, e foram utilizados pelas potências da Guerra Fria para avançar seus interesses na região. A violência de alguns regimes levou os movimentos islamistas à clandestinidade, obrigando-os a se dispersar geograficamente e estimulando-os à violência; destaca-se aqui o surgimento da ideologia Qutbista.

Uma oportunidade surgiu para o Islã Político nos anos 1960, quando as sociedades muçulmanas passaram por uma crise econômica e social que deteriorou a relação das populações com os governos, em especial após a derrota árabe na Guerra dos Seis Dias com Israel. Nesse cenário, o Islamismo ganhou força, em especial por sua atuação na provisão de serviços sociais, apelando à população religiosa e laica como uma alternativa viável às propostas nacionalistas e seculares. Esse desenvolvimento, chamado de “renascimento islâmico”, colocou o Islamismo em definitivo local de destaque, principalmente a partir da instauração da República Islâmica do Irã, em 1979. A partir daí, sob o estímulo de conflitos como a invasão soviética ao Afeganistão (1979), a invasão de Israel ao Líbano (1982), e a Primeira Intifada (1987), outros grandes grupos islamistas surgiram, dentre os quais Hezbollah, Hamas, Talibã e Al-Qaeda, todos com origens, objetivos e métodos particulares, ainda que compartilhando a mesma raiz ideológica.

No final dos anos 1980 os conflitos regionais foram chegando a um fim, e todos os principais grupos islamistas já estavam consolidados no cenário local. Sendo assim, a partir dos anos 1990, após uma fase de auto-avaliação e renovação, os movimentos delimitaram duas grandes linhas de atuação: enquanto alguns optaram pela inserção no sistema político tradicional, formando partidos políticos, outros radicalizaram suas posições e focaram no uso da violência. Nem sempre, porém, essas duas posições eram irreconciliáveis. Causaram e contribuíram para essa dinâmica eventos como o 11 de setembro (2001), as guerras do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003) e os protestos da Primavera Árabe (2011), que em

alguns países deram oportunidades nas urnas para islamistas, enquanto em outros levaram-nos a se engajar em guerras civis.

As expressões do Islamismo são, portanto, muito relacionadas com o cenário em que os grupos estão inseridos, seja ele local ou internacional. Guerras e conflitos percebidos como agressões do ocidente e de seus aliados (Israel, por exemplo) tendem a estimular o fortalecimento e a adesão da população às propostas do Islã Político, justamente por se proporem os islamistas a combater a fraqueza da sociedade muçulmana frente ao ocidente. A insatisfação com o governo, motivada pelos mais diversos fatores, tais quais crises econômicas ou sentimentos de exclusão de xiitas ou sunitas, também estimula na população a busca por alternativas ao sistema vigente, fazendo com que o Islamismo seja visto como uma alternativa viável para alterar o cenário existente. Por fim, a atuação de grupos islamistas na provisão de serviços sociais – escolas, postos de saúde, etc. – e de serviços de infraestrutura – energia, transporte, etc. –, em especial em localidades negligenciadas pelo governo, faz com que o Islamismo pareça para as populações atendidas um sistema mais eficiente e capacitado do que o Estado, e cria um vínculo de apoio entre as comunidades e o movimento.

Atualmente esses fatores estão muito presentes na conjuntura do Grande Oriente Médio. Queda de regimes, guerras civis na Síria, na Líbia e no Iêmen, saída das forças de ocupação estadunidenses de países da região, perseguição e opressão a determinados grupos da sociedade, entre outros fatores, formam um ambiente propício para a ascensão de grupos islamistas, em especial dos extremistas. Sua atuação é facilitada pela existência de redes logísticas e pelo treinamento e experiência que essas organizações adquiriram nos anos anteriores durante a *jihad* do Iraque e do Afeganistão. O cenário se agrava quando se leva em conta as complexas conexões estabelecidas entre os grupos e os Estados: a manipulação ou o apoio a movimentos extremistas como meio de avançar ou defender interesses é prática comum aos países da região e a potências externas, e possibilita com que os grupos obtenham recursos como armamentos e apoio financeiro e melhorem sua capacidade de mobilização. Por fim, intervenções militares estrangeiras nos conflitos regionais, por meio de coalisões, ataques aéreos e envio de contingentes militares, são muitas vezes percebidas como uma agressão, fortalecendo o discurso dos extremistas e sua capacidade de recrutamento.

Em 2015 o cenário do Islamismo é complexo. Atividades do ISIS no Iraque e na Síria, atentados terroristas no Quênia, em Bagdá e na França, avanços do Talibã e as respostas da comunidade internacional a esses desenvolvimentos condicionam o contexto do Grande Oriente Médio. É seguro dizer que todas as grandes conjunturas de crise na região estão conectadas ao Islã Político ou contam com a participação de seus grupos. Assim, o estudo

histórico e a análise de padrões e particularidades dos movimentos islamistas é essencial para a compreensão da região do Grande Oriente Médio e para a determinação de políticas de resolução de crises na região.

REFERÊNCIAS

- ABU-RABI', I. M. **O Guia Árabe Contemporâneo Sobre o Islã Político**. São Paulo: Madras, 2011.
- AHMED, N. America and the Taliban: from Co-operation to War. **Global Dialogue**, v. 4, n. 2, spring 2002. Disponível em: <<http://www.worlddialogue.org/content.php?id=200>>. Acesso em: 10 out. 2015.
- AHMED, N. **Islamist State is the Cancer of Modern Capitalism**. 2015. Disponível em: <<http://www.middleeasteye.net/columns/cancer-modern-capitalism-1323585268>>. Acesso em: 18 set. 2015.
- AJI, A.; EL DEEB, S. **Clashes between Syrian troops, insurgents intensify in Russian-backed offensive**. 2015. Disponível em: <<http://www.usnews.com/news/world/articles/2015/10/08/syrian-general-russian-strikes-helping-ground-offensive>>. Acesso em: 04 nov. 2015.
- ALJAZEERA. **Taliban advances on capital of Afghanistan's Helmand**. 2015. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2015/10/taliban-advances-capital-afghanistan-helmand-151020180901928.html>>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- ALMUKHTAR, S.; YOURISH, K. **14 Years After U.S. Invasion, the Taliban Are Back in Control of Large Parts of Afghanistan**. 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/interactive/2015/09/29/world/asia/afghanistan-taliban-maps.html>>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- AMINEH, M.; EISENSTADT, S. The Iranian Revolution: The Multiple Contexts of the Iranian Revolution. In: AMINEH, M. (Org.). **The Greater Middle East in Global Politics: Social Science Perspectives on the Changing Geography of the World Politics**. Leiden: Brill NV, 2007. p. 117-146.
- ARAÚJO, S. H. O "Islã" como Força Política na "Primavera Árabe": Uma Perspectiva da Teoria do Discurso. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 58, p. 39-62, jan/jun 2013.
- ASHOUR, O. **Between ISIS and a failed state: The saga of Libyan Islamists**. Washington: Brookings Institution, 2015. (Rethinking Political Islam Series).
- AYOOB, M. Political Islam: Image and Reality. **World Policy Journal**, v. 21, n. 3, p. 1-14, fall 2004.
- AYOOB, M. **The Many Faces of Political Islam: Religion and Politics in the Muslim World**. Michigan: University of Michigan Press, 2007.
- AYOOB, M. Was Huntington Right? Revisiting the Clash of Civilizations. **Insight Turkey**, v. 14, n. 4, p. 1-11, fall 2012.
- BAYLOUNY, A. M. Emotions, Poverty, or Politics: Misconceptions About Islamic Movements. **Strategic Insights**, v. 3, n. 1, jan. 2004.

BAYAT, A. What is Post-Islamism? **ISIM Review**, Leiden, n. 16, p. 5, autumn 2005.

BBC. **Paris attacks**: Hollande blames Islamic State for 'act of war'. 2015. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-34820016>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

BERMAN, S. Islamism, Revolution, and Civil Society. **Perspectives on Politics**, Cambridge, v. 1, n. 2, p. 257-272, jun. 2003.

BLACK, A. **The History of Islamic Political Thought**: From the Prophet to the Present. 2nd. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011.

BLANCHARD, C. **Islamist Religious Schools, Madrasas: Background**. Washington: Library of Congress, 2005. (CRS Report for Congress).

BONNER, M. **Jihad in Islamic History**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BRICHS, F. I. Islam Político en el Siglo XXI. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, Barcelona, n. 93-94, p. 11-32, abr. 2011.

BROWN, L. C. **Religion and State**: The Muslim Approach to Politics. New York: Columbia University Press, 2000.

BURKE, J. **Islamic State 'goes global' with Paris attacks**. 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2015/nov/14/islamic-state-goes-global-paris-attacks>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

CARRERAS, J. **El mundo árabe e Israel**: el Próximo Oriente en el siglo XX. Madrid: Ediciones Istmo, 1991.

CHALIAND, G; BLIN, A. **The History of Terrorism**: from antiquity to Al- Qaeda. 2007. Disponível em: <http://wikileaks.org/gifiles/attach/177/177597_History%20of%20Ter.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2015.

CHUBIN, S. **Iran and the Arab Spring**: Ascendancy Frustrated. GRC (Gulf Research Center) Gulf Papers. 2012. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/files/Iran_and_Arab_Spring_2873.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2015.

COLL, S. **Ghost wars**: the secret history of the CIA, Afghanistan, and bin Laden, from the Soviet invasion to September 10, 2001. New York: Penguin Press, 2004.

COMMITTEE ON HOMELAND SECURITY AND GOVERNMENTAL AFFAIRS. **The Roots of Violent Islamist Extremism and Efforts to Counter It**. Washington: U.S. Government Printing Office, 2008.

COSTA, S. L. As Correntes de Pensamento no Interior do Islamismo. **O pensamento Islâmico Radical e as Redes Terroristas na Europa**, Braga, 2010.

DENOEU, G. The Forgotten Swamp: Navigating Political Islam. **Middle East Policy**, Washington, v. 9, n. 2, p. 56-81, 2002.

EICKELMAN, D. F.; PISCATORI, J. **Muslim Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

ESPOSITO, J. Political Islam and the West. **JFQ Forum**, Washington, p. 49-55, spring 2000.

ESPOSITO, J. L. Modernizing Islam and Re-Islamization In Global Perspective. In: ESPOSITO, J. L.; BURGAT, F. **Modernizing Islam**. Londres: Hurst, 2003. p. 1-14.

ESPOSITO, J. L. **Islam: the Straight Path**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

ESPOSITO, J. L. Claiming the Center: Political Islam in Transition. **Harvard International Review**, Cambridge, 2006. Disponível em:

<http://www.unaoc.org/repository/Esposito_Political_Islam.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2015.

FREER, C. **The rise of pragmatic Islamism in Kuwait's post- Arab Spring opposition movement**. Washington: Brookings Institution, 2015. (Rethinking Political Islam Series).

FULLER, G. E. **The Future of Political Islam**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

GHODS, M. **Iran in the Twentieth Century: A Political History**. London: Adamantine Press, 1989.

GUAZZONE, L. Islamism and Islamists in the Contemporary Arab World. In: GUAZZONE, L. (ed.). **The Islamist Dilemma: The Political Role of Islamist Movements in the Contemporary Arab World**. Ithaca Press, Reading, 1995, p. 3-38.

HALLIDAY, F. The Politics of 'Islam': A Second Look. **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 25, n. 3, p. 399-417, 1995.

HALLIDAY, F. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HAQQANI, H.; FRADKIN, H. Going Back to the Origins. **Journal of Democracy**, Washington, v. 19, n. 3, Jul 2008.

HIRSCHKIND, C. **What is Political Islam**. 1997. (Middle East Studies Networks). Disponível em: <<http://www.merip.org/mer/mer205/what-political-islam>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

HOFFMAN, B. Al Qaeda's Uncertain Future. **Studies in Conflict and Terrorism**, London, v. 38, n. 8, p. 635-653, 2013.

HOLMQUIST, E. **ISIS and Hezbollah: Conduits of Instability**. Stockholm: FOI, 2015.

HOVEYDA, F. **The Broken Crescent: The Threat of Militant Islamic Fundamentalism**. Santa Barbara: Praeger Publishers, 2002.

HURD, E. S. Political Islam and Foreign Policy in Europe and the United States. **Foreign Policy Analysis**, Malden, n. 3, p. 345-367, 2007.

HUSSAIN, G. **A Brief History of Islamism**. London: Quilliam Foundation, 2010.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Understanding Islamism. **Middle East/North Africa Report**, n. 37, mar. 2005.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Islamic Parties in Pakistan. **Asia Report**, n. 216, dec. 2011.

JAMES, R. K. **The Islamist Challenge in the Middle East and North Africa**. 1996. 64 f. Air War College, Alabama, 1996.

KENNEDY, P. **From Mujahideen to Mainstream: The Evolution of Hezbollah**. 2009. Disponível em: <<https://repository.library.georgetown.edu/bitstream/handle/10822/553344/kennedyPatrickJoseph.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

KIDAR, M. **Al Qaeda in Iraq**. Washington: CSIS, 2011.

KIRKPATRICK, D. **Army Ousts Egypt's President; Morsi Is Taken Into Military Custody**. 2013. Disponível em <http://www.nytimes.com/2013/07/04/world/middleeast/egypt.html?hp&_r=0>. Acesso em 20 set. 2015.

KISSINGER, H. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KNUDSEN, A. **Political Islam in the Middle East**. Bergen: Chr. Michelsen Institute, 2003.

KRAMER, M. **Hamas: 'Glocal' Islamism**. Jerusalem: Jerusalem Center for Public Affairs, 2008. p. 68-73. (Iran's Race for Regional Supremacy).

LEIKEN, R.; BROOKE, S. The Moderate Muslim Brotherhood. **Foreign Affairs**, New York, v. 86, n. 2, p. 107-121, mar/apr. 2007.

LYNCH III, T. After ISIS: Fully Reappraising U.S. Policy in Afghanistan. **Washington Quarterly**, Washington, v. 38, n. 2, p. 119-144, jul. 2015.

MARKS, M. **Tunisia's Ennahda: Rethinking Islamism in the context of ISIS and the Egyptian coup**. Washington: Brookings Institution, 2015. (Rethinking Political Islam Series).

MATTHIESEN, T. **The domestic sources of Saudi Foreign Policy: Islamists and the State in the Wake of the Arab Uprisings**. Washington: Brookings Institution, 2015. (Rethinking Political Islam Series).

METZGER, F. **Pluralismo x Radicalismo: A Integração do Islã Político em Algumas Sociedades Muçulmanas - Os Casos de Egito, Turquia e Argélia**. Universidade de São Paulo. Departamento de História. São Paulo. 2008.

MILNE, S. **Now the Truth Emerges: how the US Fuelled the Rise of Isis in Syria and Iraq**. 2015. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2015/jun/03/us-isis-syria-iraq>>. Acesso em: 30 set. 2015.

MIRAULT, A. **Enter Hamas: the Challenge of Political Integration**. Dissertação. Masaryk University. Brno, Spring 2010. Disponível em: <https://is.muni.cz/th/345646/fss_m/Mirault_Thesis.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Sacred and Secular: Religion and Politics Worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PEREIRA, A.; KANTER, M. As guerras do Golfo, as intervenções norte-americanas e o Estado Islâmico. **Revista Textual**, p. 36- 42, nov. 2014.

PLETHI, C. **The Muslim Brotherhood in other Arab Countries and in Europe**. 2001. Disponível em: <<http://www.crethiplethi.com/the-muslim-brotherhood-in-other-arab-countries-and-in-europe/global-islam/2011/>>. Acesso em: 29 set. 2015.

RAKEL, E. Iranian Foreign Policy since the Iranian Revolution: 1979-2006. In: AMINEH, M. (Org.). **The Greater Middle East in Global Politics: Social Science Perspectives on the Changing Geography of the World Politics**. Leiden: Brill NV, 2007. p. 147-176.

REIS, M. **Hamas: Origem, Objetivos e Ações**. 2011. Disponível em: <<http://marcusreis.com/2011/10/07/hamas-origem-objetivos-e-acoas/>>. Acesso em: 29 mai. 2015.

ROBERTO, W.; MELOS, A. C. The Situation Regarding Non-State Military Actors in the Middle East. **UFRGSMUN Model United Nations**, Porto Alegre, v. 2, p. 247-293, 2014.

ROHAC, D. Understanding Political Islam. **Economic Development Bulletin**, Washington, n. 20, p. 1-3, jun. 2014.

SCHANZER, Jonathan. **At War With Whom? A Short History of Radical Islam**. 2002. Disponível em: <<http://www.meforum.org/168/at-war-with-whom>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

SHAHIN, E. E.-D. **Political Islam: Ready for Engagement?** Madri: FRIDE, 2005.

STERN, J.; MCBRIDE, M. **Terrorism after de 2003 Invasion of Iraq**. [s.l.]: 2013.

SULLIVAN, M. **Hezbollah in Syria**. Washington: Institute for the Study of War, 2014. (Middle East Security Report n. 19).

TAMAYO, J. J. **Islam. Cultura, Religión y Política**. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

TIBI, B. Islamism and Islam. **Politics and Religion**, New Haven, v. 7, n. 2, p. 439-443, 2013.

VIERA, E. **El Islamismo Político Como una Ideología de Protesta y Transformación Política**. Córdoba: CEMOC, 2008.

VIORST, M. Fundamentalism in Power: Sudan's Islamic Experiment. **Foreign Affairs**, New York, may/jun. 1995. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/sudan/1995-05-01/fundamentalism-power-sudans-islamic-experiment>>. Acesso em: 30 out. 2015.

VISENTINI, P. **O Grande Oriente Médio: da Descolonização à Primavera Árabe**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2014.

VISENTINI, P. **A Primavera Árabe: Entre a Democracia e a Geopolítica do Petróleo**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

VISENTINI, P.; ROBERTO, W. As consequências da crise na Síria para o Irã: impactos para sua estratégia regional no Eixo de Resistência. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 4, p. 72-91, 2015.

VOX. **40 Maps that Explain the Middle East**. 2015. Disponível em: <<http://www.vox.com/a/maps-explain-the-middle-east>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

VOX. **Map: ISIS has lost 9.4 percent of its territory this year**. 2015b. Disponível em: <<http://www.vox.com/2015/7/30/9069705/isis-map-10-percent>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

WIMELIUS, M. **On Islamism and Modernity**. Analysing Islamist Ideas on and Visions of the Islamic State. 2003. 312 f. Department of Political Science, Umea University, Sweden.

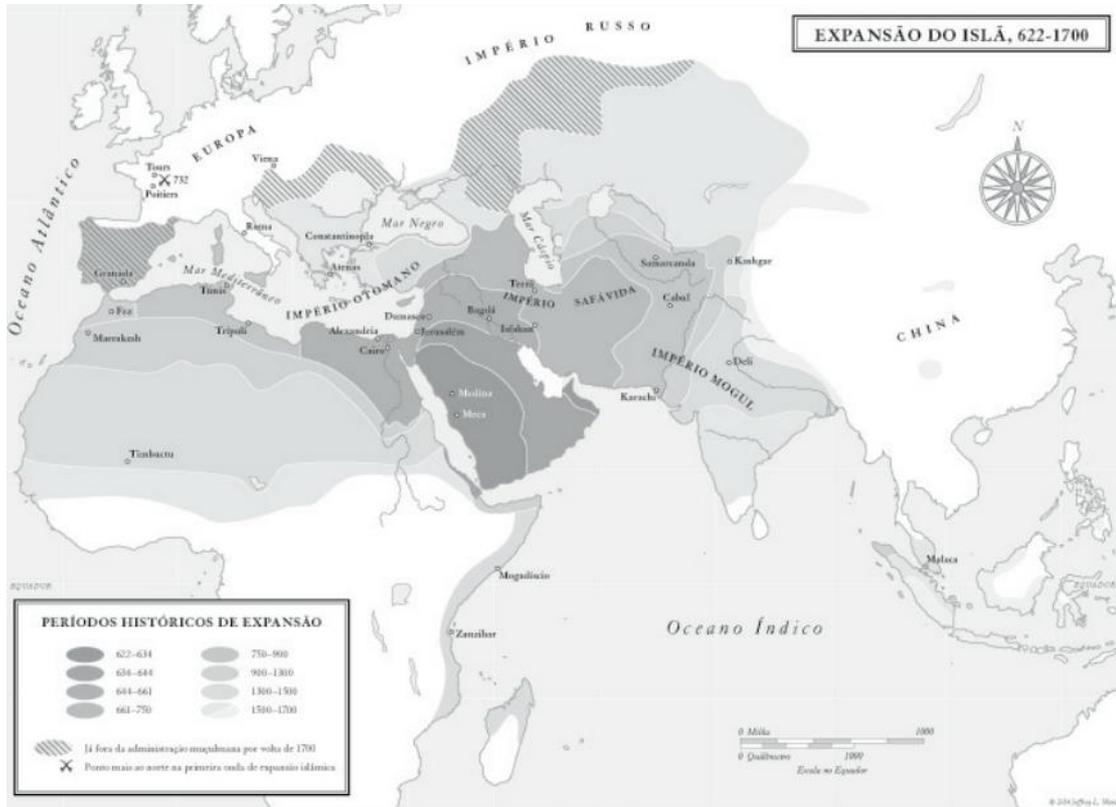
YOURISH, K.; WATKINS, D.; GIRATIKANON, T. **Paris Bloodshed May Be the Latest of Many ISIS Attacks Around the World**. 2015. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/interactive/2015/06/17/world/middleeast/map-isis-attacks-around-the-world.html?smid=fb-nytimes&smtyp=cur>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

ZAPATA, E. Islam, Política y Modernidad. In: **Revista Comunicación**, Cartago, v. 13, n. 1, p. 109-118, en/jul. 2004.

ZEGHEL, M. Les États-Unis et L'islam Politique. **Auch. de Sc. Soc. des Rel.**, p. 55-60, oct/dec. 2012.

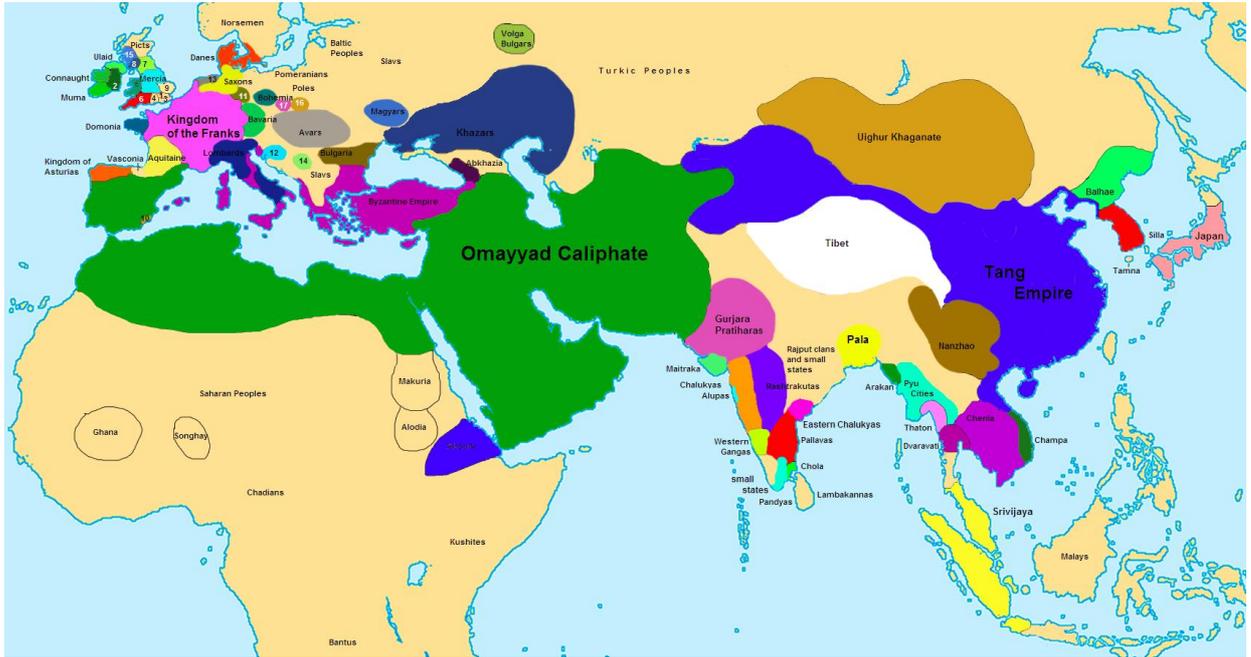
9 BEDFORD ROW. **The History of the Muslim Brotherhood**. London: 9 Bedford Row, 2015.

ANEXO A – A expansão do Islã entre 622 e 1700



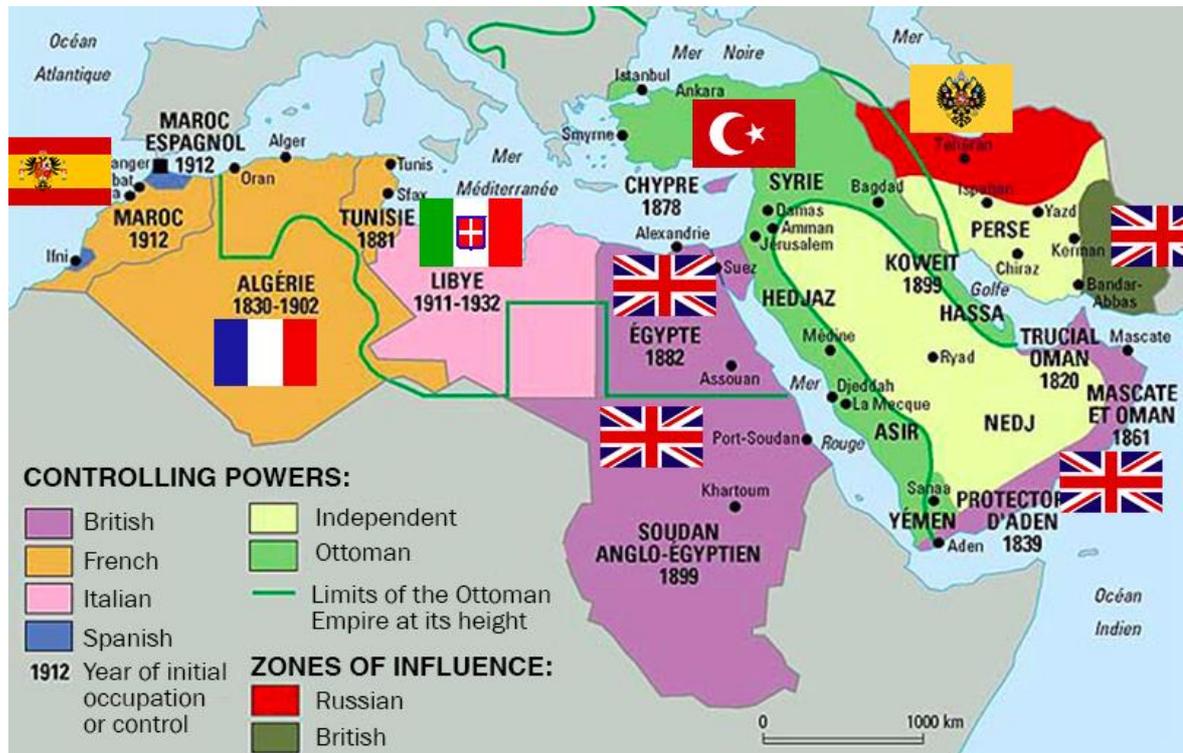
(Kissinger, 2015)

ANEXO B – O califado Omíada em 750



(VOX, 2015)

ANEXO C – O Oriente Médio em 1914



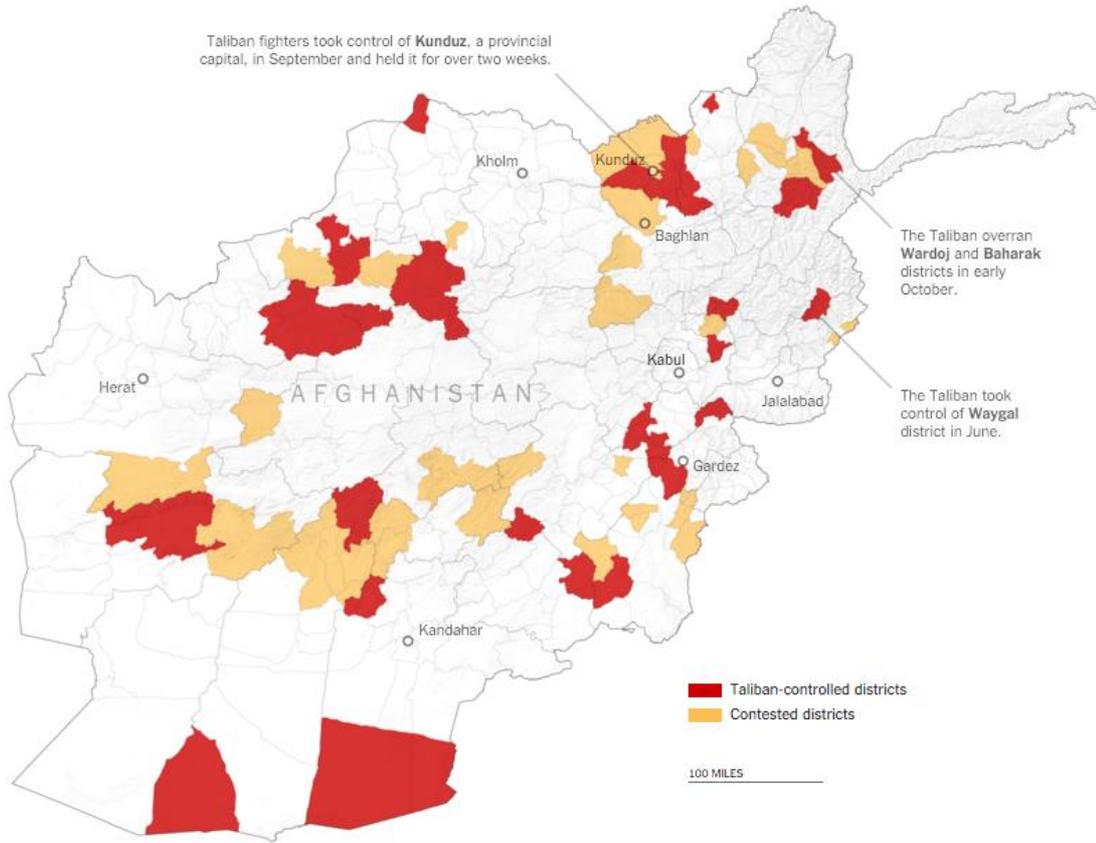
(VOX, 2015)

ANEXO D – A Primavera Árabe



(VOX, 2015)

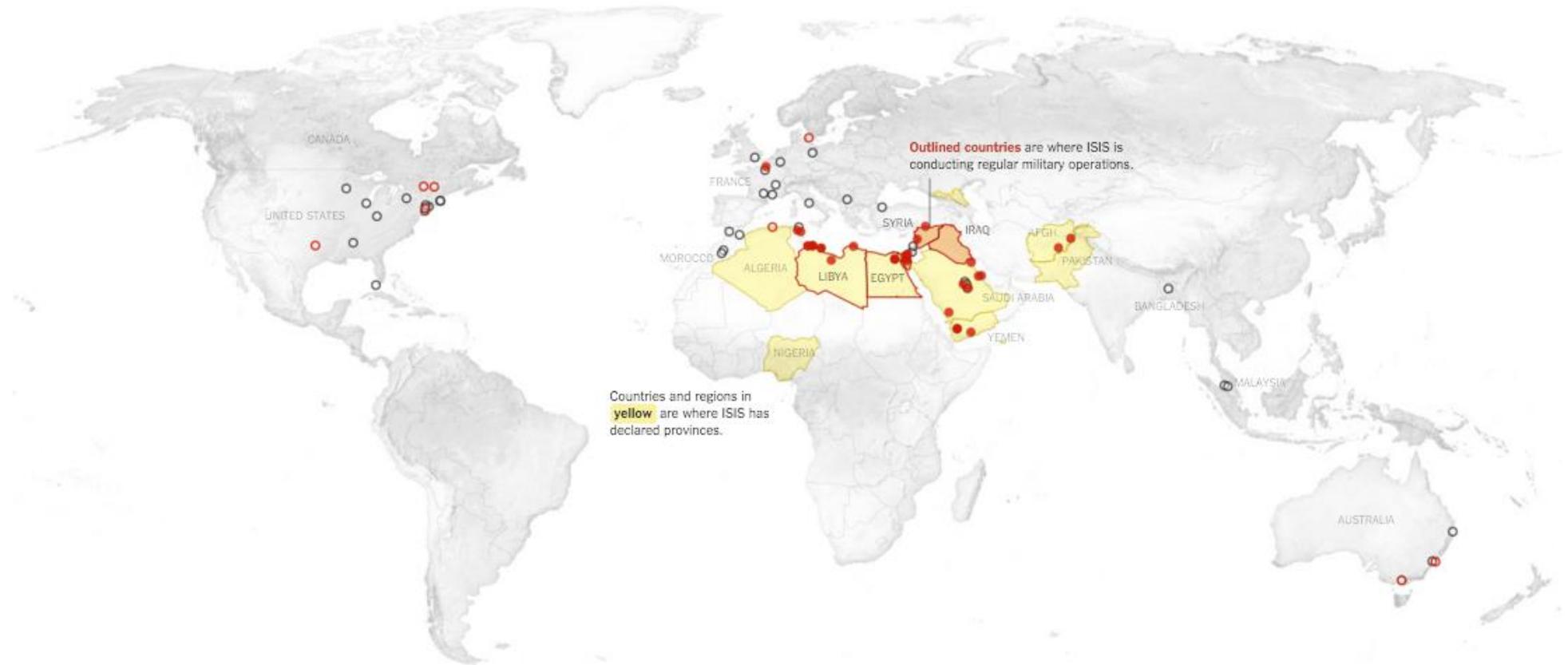
ANEXO E – O Talibã em 2015



(ALMUKHTAR; YOURISH, 2015)

ANEXO F – Ataques e aliados do Estado Islâmico

Major events: ● Attacks directed by/linked to ISIS ○ Attacks inspired by ISIS ○ Arrests of suspected ISIS militants or supporters



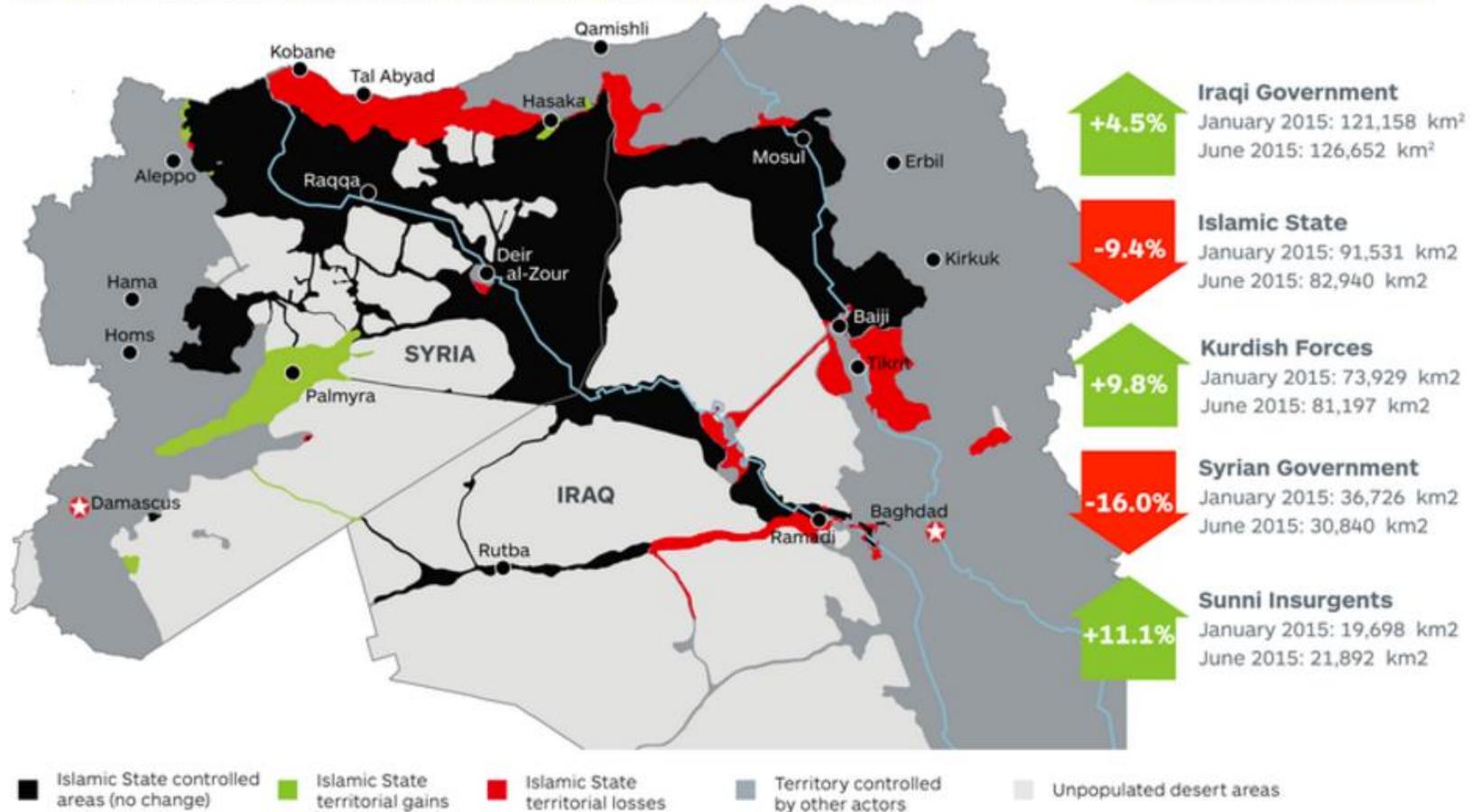
(YOURISH; WATKINS; GIRATIKANON, 2015)

ANEXO G – O território do Estado Islâmico

TERRITORY

ISLAMIC STATE TERRITORIAL GAINS AND LOSSES: 1 JANUARY - 29 JUNE 2015

WINNERS AND LOSERS



(VOX, 2015b)